

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

EMERSON CRISTANI DA CUNHA

**CONQUISTAS E PERDAS DOS ATINGIDOS PELA USINA
HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS :O CASO DA COMUNIDADE NOVA UNIÃO
EM CASCAVEL- PARANÁ**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2014**

EMERSON CRISTANI DA CUNHA

**CONQUISTAS E PERDAS DOS ATINGIDOS PELA USINA
HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS: O CASO DA COMUNIDADE NOVA UNIÃO
EM CASCAVEL- PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Prof. João Edmilson Fabrini – Orientador

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Bras

C972c	Cunha, Emerso Cristani da Conquistas e perdas dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Salto Caxias: o caso da comunidade Nova União em Cascavel-Paraná / Emerso Cristani da Cunha. - Marechal Cândido Rondon, 2014. 95 p. Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2014. 1. Movimentos sociais - Paraná. 2. Usinas hidrelétricas - Brasil. 3. Assentamentos humanos. I. Fabrini, João Edmilson. II. Título. CDD 22.ed. 305.5 333.79 CIP-NBR 12899
-------	--

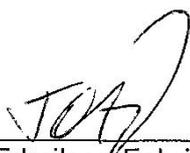
Ficha catalográfica elaborado por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

EMERSON CRISTANI DA CUNHA

**CONQUISTAS E PERDAS DOS ATINGIDOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE
SALTO CAXIAS: O CASO DA COMUNIDADE NOVA UNIÃO EM CASCAVEL -
PARANÁ**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável", **aprovado** pela seguinte Banca Examinadora:

Marechal Cândido Rondon, PR, 05 de setembro de 2014.



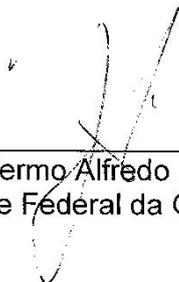
Prof. Dr. João Edmilson Fabrini - Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Prof. Dr. Wilson João Zonin - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Prof. Dr. Valdir Gregory - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Prof. Dr. Guillermo Alfredo Jonhson - Membro
Universidade Federal da Grande Dourados

DEDICATÓRIA

Dedico especialmente à Unioeste e aos idealizadores do Curso de Desenvolvimento Rural Sustentável pela oportunidade de mostrar e desenvolver meu projeto e, especialmente, a minha família: Matilde (esposa), Bruno, Isadora e Helena (filhos) que souberam compreender a ausência do marido e pai para dedicar-se ao trabalho e aos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. João Edmilson Fabrini pela liberdade de expor minhas ideias;

À coordenação de PPGDRS pelo apoio e assessoria;

A todos os professores do programa que, de uma forma ou outra, contribuíram para esse trabalho;

Agradeço especialmente à comunidade Nova União, pela receptividade e acolhimento durante as entrevistas, dentre elas, destaco Jair e Auria Mascarelo que me acolheram em sua casa durante o período da pesquisa, Manoel Tomé pelas fotos e vídeos que enriqueceram a pesquisa, enfim, a toda comunidade de um modo geral.

EPÍGRAFE

Calcular o superfaturamento per capita na compra das botas fardadas com o novo design da memória do continente;

Anotar os números dos calçados e cruzar com o logaritmo dos paraísos fiscais;

O trabalho está incompleto: é preciso considerar a grandeza dos grãos de poeira sob as becas dos magistrados;

Contar nos dedos mutilados as garrafas de champanhe dos subversivos cooptados;

Dividir pelo número de penas dos cocares que sobraram de souvenir das viagens ao museu de história natural;

Elevar à potência dos jornais usados para engraxar as botas jamais limpas;

Teremos, enfim, o número da função das vítimas.

– Memória, coisa que suja.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Comunidade Nova União em Cascavel/PR - Brasil	12
Figura 2- Usinas Hidrelétricas no Estado do Paraná	18
Figura 3- Usinas hidrelétricas sobre o Rio Iguaçu.....	19
Figura 4- Acampamento no marco zero da construção da barragem Salto Caxias (1993).....	36
Figura 5- O acampamento no canteiro de Salto Caxias (1993).	37
Figura 6- Ocupação e protestos em prédios públicos da capital Curitiba (1997).....	39
Figura 7- Comunidade Nova União e sua proximidade da cidade de Cascavel	40
Figura 8- Estradas de terra na comunidade Nova União	46
Figura 9- Participação das receitas no orçamento da prefeitura de Cascavel-PR... ..	47
Figura 10- Gastos com alguns setores no município de Cascavel em 2012	48
Figura 11- Núcleo da comunidade Nova União	49
Figura 12- Condição de posse das terras pelos atingidos entrevistados	53
Figura 13- Gráfico comparativo entre Cascavel e Nova Prata do Iguaçu quanto ao preço da terra por hectare (10.000m ²).....	55
Figura 14- Atividades realizadas nas propriedades antes do reassentamento	56
Figura 15- Motivo da “opção” pelo reassentamento em Cascavel.....	57
Figura 16- Equipamentos agrícolas, casa, barracão e colégio dos reassentados	60
Figura 17- Infraestrutura: comparativo entre 1997 (antes do reassentamento) e 2014 (no reassentamento).	61
Figura 18- Sentimento dos reassentados em relação à Copel.....	65
Figura 19- Área das propriedades dos entrevistados de Nova União.....	67
Figura 20- Operacionalização do desenvolvimento rural sustentável	71
Figura 21- Famílias que possuem horta na propriedade.....	73
Figura 22- Municípios produtores de leite do Oeste do Paraná (2008)	76
Figura 23- Quantidade de propriedades que acessam programas de crédito do governo.....	79
Figura 24- Permanência dos filhos na propriedade dos pais.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Relação de famílias atingidas por Salto Caxias por municípios ...	39
Tabela 2- Motivos/causas das vendas de propriedades no reassentamento em Nova União.	64
Tabela 3- Percentual da força de trabalho na distribuição dos lotes do assentamento.....	66
Tabela 4- Caminhos para uma agricultura sustentável.....	70
Tabela 5- Atividades dos reassentados fora da propriedade.....	77
Tabela 6 - Referência cruzada entre atividade da propriedade e permanência dos filhos.....	83

RESUMO

CUNHA, Emerso Cristani da, M.Sc. Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná, Junho – 2014. **Conquistas e perdas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Salto Caxias**: o caso da comunidade Nova União em Cascavel- Paraná. ORIENTADOR: Doutor João Edmilson Fabrini

Vivemos em um período de constantes transformações mundiais que requerem um aparato de recursos, naturais e humanos, intensos. Essas transformações as vezes impactam diretamente em grupos, povos, ou seja, acabam de alguma forma provocando transtornos, desde os mais simples aos mais complexos. A construção de uma usina hidrelétrica provoca mudanças no aspecto geográfico, econômico e social da região onde ocorre. Em Salto Caxias não foi diferente. Várias famílias foram retiradas de suas casas, tendo com isso, que buscar outros caminhos em novas terras. Essas pessoas organizaram-se e formaram um movimento social, a Crabi, que se tornou uma importante ferramenta de enfrentamento e conseguiu muitas conquistas para os envolvidos. Essas conquistas foram a terra, infraestrutura, o aprendizado político e a ajuda mútua. As perdas foram laços de amizade e parentesco, ligação com a terra onde moravam, práticas agrícolas convencionais e rompimento de relações com o comércio local. Portanto, houve conquistas e perdas, pois o processo é contraditório.

Palavras-chave: movimento social; conquistas; reassentamento.

ABSTRACT

CUNHA, Emerso Cristani da, M.Sc. Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, August – 2014. **Achievements and losses of those affected by the hydroelectric plant of Salto Caxias**: the case of new union community in Cascavel-Paraná. Supervisor: Dr. João Edmilson Fabrini

We live in a period of constant global transformations that require an apparatus of resources, natural and human, intense. These changes directly impact sometimes in groups, people, or just somehow causing disorders, from simple to more complex. The construction of a hydroelectric plant causes changes in geographic, economic and social aspects of the region where it occurs. Salto Caxias was no different. Several families were evacuated from their homes, taking with it, to seek other paths in new lands. These people organized themselves and formed a social movement, krabi, which became an important coping tool and got many achievements for those involved. These achievements were the land, infrastructure, political learning and mutual aid. Losses were ties of friendship and kinship, connection to the land where they lived, conventional agricultural practices, and broken relationships with local businesses. Therefore, there were gains and losses since the process is adversarial.

Keywords: social movement; achievements; resettlement

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1 POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA	15
1.1 COPEL E AS USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO IGUAÇU	17
2 O NASCIMENTO DO MOVIMENTO SOCIAL CRABI	21
2.1 O MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS NO BRASIL	26
2.2 O QUE É UM ATINGIDO PELAS BARRAGENS?	30
2.3 A CRABI: UM MOVIMENTO FORTE.....	33
3 A COMUNIDADE NOVA UNIÃO	41
3.1 EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DE NOVA UNIÃO.....	50
4 CONQUISTAS E PERDAS DOS REASSENTADOS DE NOVA UNIÃO	53
4.1 ATIVIDADES ECONÔMICAS E SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE NOVA UNIÃO.....	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
ANEXO	92

INTRODUÇÃO

O processo de industrialização e os avanços em diversos setores da economia do Brasil demandam a produção de energia. A exploração dos potenciais hidráulicos do Brasil nos últimos 40 anos está inserida nesse contexto.

O Brasil tem explorado seu potencial energético, principalmente, valendo de seus recursos naturais, dentre os quais, destaca-se o grande potencial hidrográfico. Assim, o Brasil tem apostado em energia barata, renovável, a longo prazo e com recursos próprios.

Esse modelo energético pode ser representado por um megaprojeto de represamento das águas como foi o caso da Itaipu. Essa barragem é famosa pelo gigantismo e aplicação da engenharia moderna, porém, sua construção tida como modelo de geração de energia, provocou inúmeros transtornos aos pequenos agricultores pela dimensão dos seus reservatórios e, por ocasião disso, fez com que inúmeras famílias fossem deslocadas involuntariamente do seu território. Para Ribeiro (2002, p.23) “além do gigantismo físico da obra, gigantescos foram também os problemas sociais causados...”. Ribeiro (2002) ainda enfatiza que:

A Itaipu foi construída durante os anos do “Milagre Econômico Brasileiro” que caracterizou o Brasil pós -1964, período no qual foi imposto um governo que pôs em prática grandes projetos de investimento econômico, cuja meta foi a de implantar aqui uma indústria forte de bens de capital (RIBEIRO, 2002 p.25).

Outras barragens, nem tão expressivas como Itaipu, são construídas no Brasil, impulsionadas pela necessidade de geração de energia para atender a demanda do capital industrial existente e vêm provocando deslocamentos populacionais involuntários.

A Usina Hidrelétrica Salto Caxias, construída no Rio Iguaçu, entre os municípios de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu, no Sudoeste do Paraná, é outro exemplo da construção de barragem para a produção de energia. Encabeçada pela empresa estatal Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, essa usina hidrelétrica provocou o deslocamento de aproximadamente 1322 famílias nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, na década de 1990.

Esses atingidos formaram um movimento social chamado Comissão Regional de Atingidos por Barragens do Iguaçu - Crabi, que na oportunidade se legitimou para para conduzir as negociações com a companhia - Copel. A Crabi representava os proprietários rurais, posseiros e arrendatários dos terrenos atingidos pela formação do reservatório da usina hidrelétrica Salto Caxias.

As famílias conseguiram ser indenizadas seguindo critérios acordados entre a empresa responsável pela obra e a Crabi, sendo que os proprietários com terrenos iguais ou maiores que cinco alqueires paulistas (24.200 m²) eram pagos através de uma carta de crédito, enquanto que proprietários de terras com até cinco alqueires, arrendatários e posseiros, tinham opção de escolha entre carta de crédito ou serem reassentadas em terrenos, escolhidos pela Crabi, na região Oeste e Sudoeste do Paraná.

A Crabi conduziu todas as negociações representando os atingidos e teve participação decisiva na aquisição de terras e organização dos reassentamentos. Mesmo após a sua dissolução, na prática, em meados da década de 2000, a Crabi continuou representando a luta dos atingidos, sendo objeto de vários estudos por tratar-se de um movimento social que conseguiu importantes conquistas para os atingidos de Salto Caxias.

Nesse sentido, a problemática desta pesquisa salienta a postura do movimento social Crabi enquanto organização, para a busca de melhorias em prol dos atingidos de Salto Caxias, nas negociações com a Copel. Nos critérios de indenizações assegurados através das lutas e ocupações que este movimento realizou, ficou muito evidente a participação da Crabi.

Assim, essa pesquisa tratará das conquistas dos atingidos, em especial da comunidade Nova União formada a partir do reassentamento das famílias. Evidenciará também as perdas derivadas da expulsão das famílias da terra com a formação do lago da usina de Salto Caxias.

Nossa hipótese é que houve conquistas e perdas dos atingidos por Salto Caxias, e que, as conquistas, principalmente, muito se devem à criação e ao contexto de lutas desencadeadas pela Crabi, permitindo aos atingidos se manterem na atividade rural, uma vez que eram essas suas atividades econômicas. Essa hipótese se justifica, uma vez que, em situações de desapropriação, ocorrem perdas significativas para os atingidos, enquanto que os atingidos de Nova União parecem estar satisfeitos com o processo indenizatório.

Será enfatizada a comunidade Nova União situada nas antigas instalações da Fazenda Flamapec, hoje Colônia São Francisco de Assis em Cascavel. Além da luta organizada em torno da Crabi, ela também teve importância e influência nas práticas agrícolas dos reassentados.

A figura a seguir (figura 1), permite visualizar a localização do município de Cascavel e da comunidade Nova União.

Figura1- Comunidade Nova União em Cascavel/PR - Brasil



Fonte: Elaborada pelo Autor a partir do Google maps.

A escolha de Nova União para enfatizar as conquistas no contexto de perdas foi motivada por tratar-se de famílias vindas de uma mesma região do município de Nova Prata do Iguaçu, mais precisamente das comunidades Fazendinha e Barra do Vorá. Foi desse município o terceiro maior grupo de famílias atingidas pela formação do lago de Salto Caxias, num total de trezentos e vinte e seis (326) famílias. Considerando que uma das lutas do movimento era a manutenção das características das comunidades anteriores, a comunidade Nova União se organizou considerando o pressuposto da vizinhança.

As conquistas desses atingidos, baseadas nas reivindicações do movimento Crabi, apresentavam características únicas no quesito indenizações. Essas conquistas foram inicialmente: a terra, pois o reassentamento foi conquistado

apenas para os arrendatários e para pessoas que possuíam até cinco alqueires paulistas, passando por uma quantia em dinheiro, no valor de um salário mínimo por casal, durante o período de um ano. Conquistaram também a infraestrutura organizada, tanto na propriedade como na comunidade, para que os moradores de Nova União pudessem dar continuidade nas suas vidas.

Buscou-se ainda identificar conquistas políticas resultantes do movimento através das reuniões que a comunidade organizava, encontros de famílias e as festas que são realizadas para confraternização com a comunidade externa à Nova União. Verificaram-se também as conquistas em termos de Educação com a construção de Colégio para uso exclusivo dos reassentados na sede do reassentamento São Francisco de Assis e ainda, conquistas em termos de “valorização” da terra, por tratar-se de uma região onde os terrenos possuem preço elevado.

Nessa pesquisa foram entrevistadas dezesseis (16) famílias moradoras da comunidade de Nova União que corresponde a 40% dos moradores. O critério de escolha dos entrevistados da comunidade foi o de selecionar aqueles que estão na comunidade Nova União desde a sua formação inicial, pois estiveram envolvidos no processo de saída de suas terras e escolha das novas propriedades, ou seja, que efetivamente estiveram envolvidos no processo de lutas pela terra.

As entrevistas foram realizadas em maio de 2014, na propriedade de cada morador entrevistado com o intuito de deixá-lo mais à vontade e com isso, conseguir o máximo de informações pertinentes à pesquisa. Durante as entrevistas participaram basicamente o casal, com respostas, frequentemente, dadas pelo homem.

A realização da entrevista na propriedade do entrevistado, buscou também verificar *in loco* as condições de moradia e equipamentos utilizados no processo produtivo da propriedade, uma vez que a pesquisa avaliou conquistas e perdas desses moradores.

As informações foram coletadas por meio de entrevistas aos reassentados da comunidade Nova União, sendo esses, visitados pelo autor em horários que variaram entre manhã, tarde e noite, de acordo com a atividade de cada entrevistado. Os horários alternativos deram-se devido ao fato de vários entrevistados estarem ligados à produção de leite e, seus horários disponíveis restringirem-se entre nove horas e trinta minutos da manhã ao meio dia e, das treze

e trinta horas às dezesseis horas. Ocorreram casos em que as entrevistas foram realizadas à noite, por facilitar o diálogo e a coleta de informações do entrevistado.

As entrevistas tiveram caráter qualitativo, seguindo um roteiro de perguntas, porém, deixando o entrevistado totalmente à vontade para responder e discorrer pelos assuntos que foram, desde as primeiras reuniões antes da formação do lago, até a situação atual do entrevistado. Esse critério de pesquisa aproximou pesquisador e pesquisado enriquecendo os detalhes das respostas. Para preservar a identidade dos entrevistados utilizamos a letra “P” (propriedade) maiúscula e os números (1,2,3,4...16) de acordo com a ordem das entrevistas para referenciar os depoimentos.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O capítulo 1 tem o objetivo de contextualizar alguns aspectos da política energética no Brasil fazendo uma pequena digressão histórica pelas construções desse modelo energético pelo Brasil. O primeiro capítulo trata ainda das usinas hidrelétricas construídas no Rio Iguaçu no qual a usina de Salto Caxias está instalada.

O capítulo 2 aborda a questão dos movimentos sociais derivados das construções de hidrelétricas, sendo que neste, o movimento Crabi aparece como um importante marco no contexto de lutas dos atingidos por Salto Caxias.

O capítulo 3 caracteriza a comunidade de Nova União, sendo que esta passa a ser a “nova” comunidade de parte dos atingidos por Salto Caxias. Ainda no terceiro capítulo, algumas imagens feitas durante as entrevistas são apresentadas para melhor caracterizar a comunidade e sua atual formação.

O capítulo 4 traz especificamente a problemática desse estudo: as conquistas e as perdas dos moradores de Nova União a partir da criação do movimento social Crabi.

1 POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA

Para entender a construção da barragem e as conquistas dos atingidos por Salto Caxias, considera-se pertinente compreender o contexto e o período histórico em que elas estão inseridas.

No Brasil, de acordo com Araújo (2003), após a segunda guerra mundial, no segundo governo de Getúlio Vargas e seus sucessores, passando pelo período de tomada de poder no Brasil pelo regime militar na década de 1960, houve uma preocupação intensa de busca pela melhoria da capacidade produtiva do país. Logo após a segunda guerra mundial, ergueu-se no Brasil, a bandeira “O Petróleo é Nosso”, episódio marcante da política e economia brasileira. Com capital privado limitado para investir e dependendo do capital estrangeiro, pois o cartel petrolífero internacional com suas vastas reservas não tinha o menor interesse em investir nesse modelo de exploração de petróleo, o Estado tomou frente nesse tipo de investimento. Surgiu então o monopólio como garantia para otimizar os recursos escassos e apresentar uma solução para o problema nacional de fontes de energia.

O governo de Getúlio Vargas apresentava resistência ante o capital externo, de modo a proteger os recursos naturais do país por acreditar que estaria entregando os recursos naturais a países estrangeiros. Mesmo com o fim do segundo mandato de Vargas, após celebre suicídio, o legado de um modelo baseado no crescimento do país em bases solidificadas, ficou marcado na proposta de criação da Petrobrás e Eletrobrás como ponto alto da política de produção de energia.

Porém, ao contrário da questão petrolífera nacional que desde a sua criação teve aparato estatal, a eletricidade ficou por conta de capitais privados e inicialmente, de capitais externos, principalmente. Segundo Araújo (2003, p.636) “dois grandes grupos dominavam a distribuição de energia elétrica na década de 1930 a Light, canadense, e a *American Foreign Power Company* (AMFORP)”. O primeiro grupo comandava a distribuição no Sudeste e o segundo comandava a distribuição por outras cidades menores no país. E essa distribuição continuou com tais características até a década de 1970, apenas com o envolvimento de pequenas

empresas públicas e privadas se inserindo nesse mercado para atender as localidades mais periféricas.

Quando Getúlio assumiu o mandato constitucional em 1951, enfrentava um problema crucial que era o possível colapso do setor elétrico brasileiro na virada da década, forçando um maior aproveitamento do potencial hidráulico e uma reestruturação das transmissões existentes. Segundo Araújo (2003):

Diante desta situação, o segundo governo Vargas enviou ao Congresso o Plano Nacional de Eletrificação e o projeto da criação da Eletrobrás (Mensagens 134/135). Esta seria uma empresa pública responsável pela gestão de todos os empreendimentos estatais no setor. O plano Nacional de Eletrificação previa a duplicação da capacidade instalada, interligação dos sistemas regionais e a unificação das correntes elétricas em dez anos. (ARAUJO, 2003, p.640)

Embora o projeto de Vargas não previsse o monopólio estatal, ele sofreu duras críticas, tanto do capital internacional quanto das empresas privadas e economias mistas atuantes no setor, permanecendo assim, a proposta de criação da Eletrobrás e o Plano Nacional de Eletrificação, engavetados há muito tempo.

O projeto inicial não foi aprovado, mas a cobrança de um tributo proposto por Vargas, assim como o Fundo Federal de Eletrificação foram aprovados e tornaram-se importantes fontes de financiamento do setor. Somente em 1961 o Congresso Nacional finalmente aprovou a criação da Eletrobrás, com capital da União, tornando a Eletrobrás a coordenadora do setor elétrico brasileiro.

A criação da Eletrobrás permitiu a interconexão do mercado de energia elétrica no Brasil, principalmente nas regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste. A oferta de energia barata fomentou o desenvolvimento industrial do país carecendo da criação de novas usinas hidrelétricas para aumentar ainda mais essa oferta.

O aumento da capacidade instalada recaía principalmente sobre as geradoras do Sistema Eletrobrás. Porém, quatro empresas estaduais detinham fatias importantes do mercado e respondiam por importantes investimentos no setor. Eram elas: Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e Companhia Energética de São Paulo (CESP) no Sudeste e Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) e Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) no Sul, que por apresentarem tamanhos diferenciados, também tinham interesses que as diferenciavam das demais estatais.

Com a crise internacional do petróleo de 1973, o governo brasileiro precisou subsidiar a produção local de energia investindo recursos em grandes projetos hidrelétricos e na exploração de petróleo. Além disso, houve incentivo ao uso de carvão, vapor e biomassa, particularmente álcool de cana-de-açúcar e projeto nuclear.

Mas, com a segunda crise do petróleo de 1979 (a segunda dentro da mesma década), a alta de juros e crise financeira, a estratégia brasileira precisou se adequar e as políticas macroeconômicas sofreram duros golpes com a redução das proteções aos produtos brasileiros forçando um estrangulamento e fazendo com que o governo fizesse concessões e implantação de concorrência entre as companhias.

O governo usava as tarifas do setor elétrico para amenizar o efeito da inflação galopante nesse período e isso acabou deteriorando as finanças do setor energético, fazendo com que uma reforma fosse inevitável.

Após três décadas sofrendo o efeito do mercado internacional e índices de inflação elevados, o setor elétrico brasileiro consolidou uma agência reguladora para o setor. A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 criou a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) órgão regulador do setor elétrico. A Aneel é uma autarquia que substituiu a antiga Eletrobrás e tem como função principal regular as questões energéticas no Brasil, começando a funcionar efetivamente em 1997, após várias empresas já terem sido privatizadas. Esse processo de busca por ampliação do setor elétrico trouxe como resultado a construção de hidrelétricas no Brasil e com elas os problemas inerentes às suas construções, os quais serão discutidos nos próximos capítulos.

1.1 COPEL E AS USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO IGUAÇU

No Estado do Paraná, encontra-se um importante rio que corta o seu território de Leste a Oeste e representa a história do povo paranaense, o Rio Iguaçu, conforme destaca uma série especial da Gazeta do Povo em 2010. Nesta série, o jornalista João Rodrigo Maroni destaca que “Tudo que diz respeito ao Iguaçu ganha sempre proporções majestosas: da capacidade de geração de energia à exuberância de suas paisagens”. Além disso, Maroni (2014) destaca que:

Ao longo da história do estado, o Rio Iguaçu se transformou em testemunha do surgimento da cultura e da sociedade paranaense. Viu, por exemplo, o desbravador espanhol Cabeza de Vaca chegar às Cataratas em 1542 e acompanhou de perto o ciclo da erva-mate e da madeira nos séculos 19 e 20, quando os velhos vapores subiam e desciam o rio integrando cidades e fortalecendo a economia. (MARONI, 2014)

O Rio Iguaçu nasce na região de Curitiba e desemboca no Rio Paraná, em Foz do Iguaçu, e pelo caminho deixa um rastro que se confunde entre beleza e degradação, alimentando cinco usinas hidrelétricas em funcionamento e abastecendo com suas águas 28% da demanda por água no estado (Gazeta do Povo, 2014).

Figura 2- Usinas Hidrelétricas no Estado do Paraná



Fonte: Copel (2014)

Na figura anterior (figura 2) verifica-se o percurso do rio Iguaçu, desde sua nascente até sua foz, banhando várias regiões mais no sul do Estado, tendo sobre esse rio, a construção de usinas hidrelétricas controladas pela Copel.

As usinas hidrelétricas em funcionamento atualmente (2014) no rio Iguaçu são comandadas pela Copel, segundo informa o *site* da empresa. A criação da empresa fez parte do plano de eletrificação do Paraná, conforme histórico da mesma disponível em seu *site*. Neste, consta que:

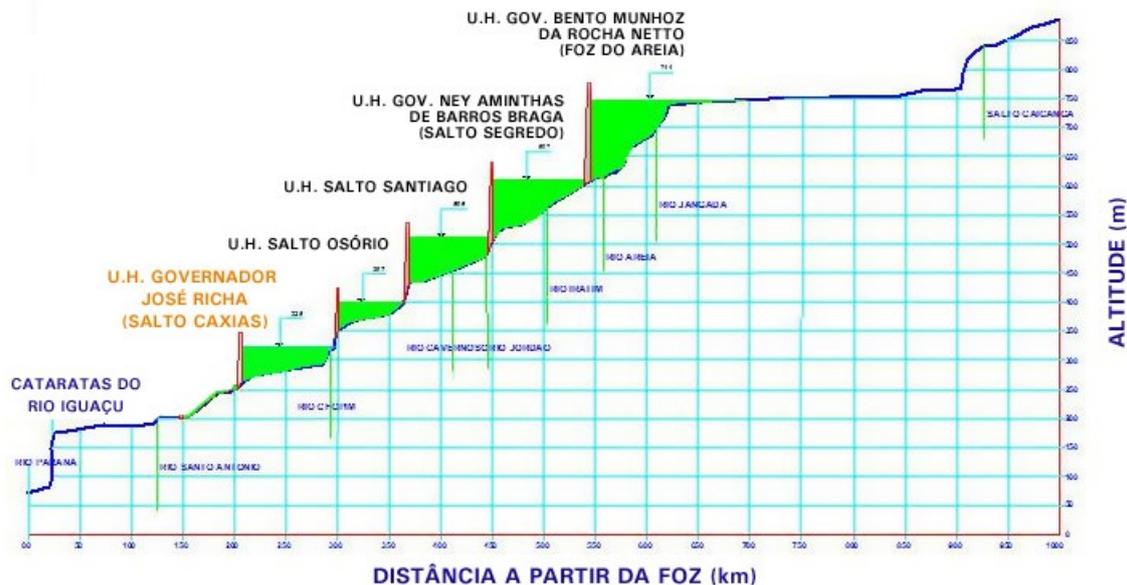
Através do Decreto nº 14.947 de 26 de outubro de 1954, assinado por Bento Munhoz da Rocha Netto, o Governo Estadual criou a Copel – Companhia Paranaense de Energia Elétrica, e desde 14 de agosto de

1979 apenas Companhia Paranaense de Energia, tendo como base principal para a integralização de seu capital o Fundo Estadual de Eletrificação.

Com o Decreto nº 1.412, de 1956, a Copel passou a centralizar todas as ações governamentais de planejamento, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica e serviços correlatos, tendo incorporado todos os bens, serviços e obras em poder de diversos órgãos. Coube-lhe, então, a responsabilidade pela construção dos grandes sistemas de integração energética e dos **empreendimentos hidrelétricos** previstos no Plano de Eletrificação do Paraná. (Copel, 2014)

Na agenda destes empreendimentos hidrelétricos, citados anteriormente, o represamento das águas do Rio Iguaçu foram e continuam sendo destaque. As usinas hidrelétricas construídas neste rio são as seguintes: Salto Grande do Iguaçu em 1967, Foz do Chopin em 1970, Capivari-Cachoeira em 1971, Foz do Areia em 1980, Usina de Segredo em 1990 e Usina Salto Caxias em 1999 (uma das mais importantes da Copel, com capacidade de 1.240 MW de potência).

Figura 3- Usinas hidrelétricas sobre o rio Iguaçu



Fonte: Copel (2014)

Todos esses empreendimentos realizados no Rio Iguaçu provocaram mudanças nos aspectos econômico, ambiental, social e político das regiões, conforme descreve Derrosso (2013, p.134) quando diz que “problemas ambientais e

sociais começam a surgir, pois uma importante área de terra (na maioria das vezes, produtiva) será alagada e todo sistema social e ecológico será destruído para sempre”. Com isso, as famílias atingidas pela formação dos reservatórios de água das hidrelétricas precisam ser remanejadas contra vontade dentro do próprio município (quando possível), ou para outros municípios e regiões.

Esse remanejamento levou os atingidos de Salto Caxias a se organizarem para enfrentarem a realidade imposta pela empresa responsável pela realização da obra. Esse enfrentamento colocou em pauta o interesses entre as pessoas atingidas diretamente, indiretamente e responsáveis pela construção, desdobrando-se no surgimento do movimento social Crabi.

2 O NASCIMENTO DO MOVIMENTO SOCIAL CRABI

Para abordar as lutas e conquistas da comunidade Nova União, realizamos algumas reflexões sobre os movimentos sociais. As lutas e conquistas dos atingidos e reassentados de Nova União estão inseridas num contexto mais amplo, o que pede uma contextualização das lutas sociais no campo brasileiro.

Para Gohn (2011, p.335), os movimentos sociais são definidos como sendo “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. Ela ainda expressa tal definição como um arcabouço de situações que podem ir desde uma simples denuncia até o enfrentamento através de protestos, barricadas, passeatas, atos de desobediência civil entre outras formas de se fazer atender.

Os movimentos não são meramente motivadores de enfrentamento e perturbação da ordem, eles agem articuladores em prol de um bem comum de certo grupo ou sociedade que em certo momento vê seus direitos, espaços ou hábitat negados. Portanto, eles têm um caráter contestatório e propositivo.

Para Gohn (2011), os movimentos sociais têm uma função bem clara:

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. (GOHN, 2011 p.336).

Os movimentos sociais provocam sensibilidade popular quando apresentam clareza nos seus propósitos, porém, num primeiro momento para a sociedade em geral que não participa efetivamente dos movimentos, alguns deles causam preocupação para essa mesma sociedade, principalmente por serem mostrados aspectos distorcidos pela mídia, deixando a impressão de que são pessoas que extrapolam a manifestação e provocam danos ao patrimônio público e privado.

Os movimentos sociais no Brasil participaram da construção da identidade de seu povo. Porém, na década de 1990 os movimentos sociais rurais ganharam espaço. Conforme Scherer-Warren (2008) descreve em seus textos e chama a

atenção para o MST (movimento dos sem terras) e para o MAB (movimento de atingidos por barragens) que emergem basicamente por desentendimento e enfrentamentos dos atingidos pela barragem de Itaipu desde a década de 1980.

Assim como os movimentos resultantes de Itaipu e outros descontentamentos em torno da questão de lutas pela terra, o movimento social Crabi, ao qual esse trabalho faz referência, resulta da união dos atingidos de Salto Caxias, apoiados por movimentos maiores como o MAB sobre o qual será tratado mais detalhadamente nos próximos capítulos. Segundo Gohn (1997):

Movimentos sociais são fenômenos históricos, decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam (GOHN, 1997 p.19-20).

A indignação ou o descontentamento funciona como mecanismo de autodefesa fazendo com que as pessoas procurem umas às outras e partilhem do problemas, buscando meios de solucioná-los em conjunto. Em outra passagem de seu texto, Gohn (1997, p.20) diz que “Enquanto a sociedade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los...”.

Nos textos de Touraine (2006) existem definições sobre os movimentos sociais conforme o descrito abaixo:

Um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados – o que impediria, por definição, tanto o conflito e o enfrentamento quanto o compromisso ou a resolução de conflito. (TOURAINÉ, 2006, p.19)

Para o autor existe uma espécie de gatilho fazendo com que o movimento e o adversário social organizado produzam o enfrentamento, e, esse gatilho pode ser percebido em outros trechos de seus textos quando diz que:

Falamos sobre movimento social significa colocarmo-nos no ponto de vista dos atores, isto é, dos atores que são, ao mesmo tempo, conscientes do que têm em comum, ou seja, dos mecanismos de conflitos e dos interesses particulares que os definem uns contra os outros (TOURAINÉ, 2006, p.20)

Ao examinarmos os textos de Martins (2000) é possível encontrar definições de movimentos sociais como a seguinte:

O surgimento dos movimentos sociais, urbanos e rurais, fora de enquadramentos partidários, foi de certo modo uma grande novidade na sociedade brasileira, uma nova forma de expressão social que se combinou com o florescer de novos sujeitos sociais e políticos. As restrições partidárias viabilizaram a emergência de protagonistas do enredo histórico que o populismo das décadas anteriores havia sepultado na vala comum dos beneficiados antecipadamente pelo Estado provedor. Todas as demandas sociais ganhavam expressão e solução nas antecipações dos governantes e dos políticos (MARTINS,2000 p.269)

Embora já existissem movimentos no campo antes da ditadura no Brasil, Martins (2000) mostra que essas definições expressaram a realidade de um período na história brasileira pós-ditadura militar, chamando a atenção para o surgimento de sujeitos protagonistas de uma nova história. Esses protagonistas possuem adjetivos descritos por Gohn (2008) quando se refere a algumas características que podem ser percebidas nos novos líderes. Segundo a autora:

Os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras de mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural- relativa ao não pelo simples reconhecimento no plano dos valores ou da moral” (GOHN, 2008, p. 444.)

Esses sujeitos descritos por Gohn (2008) ainda promovem outras situações conforme McAdam (2009) descreve. Para ele:

Os participantes de movimentos nacionais fazem reivindicações às autoridades, mas também afirmam suas próprias identidades – ou as das populações em nome das quais dizem falar – como atores dignos, significativos e solidários (MCADAM, 2009, p.22).

Para esses autores, os movimentos sociais servem como celeiro de lideranças. Muitas vezes destacam-se líderes que até então não se conhecia, mas que, aparecem mediante uma situação de interesse. Esses líderes inicialmente não conseguem convencer a todos de que a luta é para o bem de todos os envolvidos. Muitos deles passam pelo descrédito das pessoas, da mídia e sofrem ataques do estado organizado com o intuito de enfraquecer as lideranças e, conseqüentemente, o movimento que emerge.

No contexto de lutas contra usinas, como ocorreu em Salto Caxias, surgiram lideranças entre os atingidos que acabaram tomando a frente do movimento e motivando as pessoas para a manutenção da resistência. É comum encontrarmos depoimentos de lideranças de movimentos que sofrem ataques pessoais, como se quisessem algo para si de um modo diferente dos demais. Quando a desconfiança aparece é que as grandes lideranças se destacam, em visitas porta a porta, conversas com cada família envolvida para reafirmar suas posições diante da proposta de desmerecimento e da tentativa de anulá-los como lideranças e representantes legítimos dos que buscam por soluções para os problemas que os foram apresentadas.

Não obstante, o jogo do capital, através de manobras escondidas nas entrelinhas dos discursos buscam desarticular qualquer formação de luta. No trabalho de Menezes (2003) encontramos depoimentos que transcrevem justamente essa tentativa de desmerecer um movimento que está surgindo. João Carlos Cascaes, o então presidente da Copel afirmou o seguinte sobre o movimento:

...tinha claras motivações políticas e está sendo comandado por lideranças interessadas em faturar às custas da miséria...por trás desse movimento existe o desejo de alguns líderes em assumir artificialmente a liderança das negociações que estão sendo iniciadas para as desapropriações necessárias à construção da usina..."¹

Encontramos ainda depoimentos do outro lado do “front”. Nesse depoimento, Camilo, uma figura emblemática presidente da Crabi na ocasião diz o seguinte:

(...) os agricultores sentem-se traídos pela Copel que não cumpre o que promete e traz insegurança para os colonos e para a região. No reassentamento de Segredo 1, a Copel se comprometeu a entregar casas de 63 metros quadrados mas os agricultores acabaram recebendo casas de madeira com 18 metros. Não somos contra o desenvolvimento e o progresso. Mas não podemos aceitar o pouco caso com que tratam os trabalhadores do campo²

¹PEGORARO, Paulo Roberto. “Agricultores se entrincheiram contra a COPEL – 300 famílias do Oeste ocuparam ontem duas áreas que serão alagadas com a construção da usina”. Jornal Folha de Londrina – 16 de agosto de 1993. Desde o dia 12 o canteiro de obras estava ocupado.

²CAMILO, Uliano, Jornal Cheiro da Terra, ano I nº 1, junho de 1997. Este jornal começa a ser redigido após cinco anos do primeiro confronto com a COPEL, e representa um mecanismo de preservação da memória das famílias e da divulgação das ações recentes dos reassentamentos.

Observando essas falas dos dois lados envolvidos, é possível perceber os interesses antagônicos quando entram em cena os personagens do enfrentamento. De um lado, os representantes do Estado procurando desmerecer o movimento, usando os meios disponíveis para fazê-lo e de outro, o movimento organizado e preocupado com o resultado do processo que se aproxima, mas confiante em seus potenciais de mobilização e enfrentamento.

Para Roos (2010) as características dos movimentos sociais são peculiares, pois:

Os movimentos sociais podem ser definidos como ação coletiva da sociedade civil para contestar a ordem estabelecida, ou seja, ações de grupos que se organizam na busca de libertação, visando superar de alguma forma de opressão (ROOS, 2010 p.36).

Os movimentos sociais muitas vezes não se dão conta da dimensão que a sua luta irá alcançar. Para o movimento, a defesa de suas terras é uma reação esperada, tanto como é natural o posicionamento de parte da sociedade perante uma causa, seja posicionando-se a favor, seja posicionando-se contra a causa.

O movimento Crabi, composto basicamente por camponeses, tentou encontrar apoio por parte das lideranças políticas, porém, esse apoio nem sempre aconteceu. Em comentários de agricultores feitos para jornais da época (1993) que cobriam os enfrentamentos, no trabalho de Menezes (2003), os trabalhadores reclamam da falta de apoio por parte dos prefeitos, dizendo que estes se posicionavam do lado do governo, quando de fato deveriam posicionar-se do lado dos agricultores.

Ao caracterizarmos esses agricultores expropriados poderíamos incluí-los no conceito de lutas de classe. Segundo Thompson (1987, p.10) “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”. Os interesses da Crabi naquele momento eram a manutenção dos camponeses na terra, enquanto que o interesse da empresa responsável pela construção da usina era a desocupação das terras pelos moradores para que a construção pudesse acontecer.

Além disso, Thompson (1987) *Apud* Vitorino (1998) enfatiza que:

Essa sociedade também é construída através de juízos de valor antagônicos – “toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca

de valores” (Thompson, 1981: 190) – e que recuperar o sentido da história passada serve para desembocar na prognose de uma história futura mais humana. Esse resgate da dimensão do trabalho humano inserido no contexto das relações de classe, leva-o a afirmar que “um fato bruto, como, por exemplo, uma colheita ruim, pode parecer estar além do controle humano. Mas a forma como os fatos se desenrolaram ocorreu sob um complexo particular de relações humanas: direito, propriedade, poder. (1987, p.30)

No caso estudado, a construção da usina está sob controle humano e ocorre justamente sob um complexo particular onde são discutidas as questões inerentes a poder, propriedade e direito, motivo este que fez com que o enfrentamento entre agricultores e Copel ocorresse, cada um defendendo seus interesses ou interesses de seus representados.

Vitorino (1998, p.166) descreve que “a experiência de classe sempre acontece em relação a alguma coisa, estabelecendo os meios e os intercâmbios entre os sujeitos históricos reais”. Os fatos descritos por Thompson (1987) e Vitorino (1998) reforçam a evidencia de ocorrência de luta de classe entre Crabi e Copel.

2.1 O MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS NO BRASIL

Segundo Scherer-Warren (2008) o Movimento de Atingidos por Barragens aumentou gradativamente na década de 1970 juntamente com outros movimentos emergentes no Brasil mediados principalmente pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). Em 1991, em Brasília foi realizado o I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens quando se consolidou o MAB- Movimento de Atingidos por Barragens em escala nacional.

O MAB surgiu a partir dos focos de resistência e oposição à construção de barragens em todo o Brasil e sua luta preconizava desde o impedimento das obras, a adequação dos projetos e principalmente a indenização de forma justa aos atingidos por construções desta natureza.

A presença do MAB, hoje, nas negociações com as empresas e outros atores responsáveis pelas obras de hidrelétricas é uma constante e pode ser verificada tanto *in loco* como pelas redes sociais, nas quais o movimento mantém publicações sobre as várias frentes de atuação em todo o Brasil.

Atualmente, o MAB participa e realiza negociações com a construtora da Usina de Belo Monte, a Norte Energia. No último dia 27 de maio de 2014, foi

realizado um bloqueio na rodovia transamazônica em protesto pela forma com que a empresa responsável pela construção da usina está organizando o processo indenizatório. Segundo o *site* do MAB:

Entre os pontos negociados ficou acertada uma reunião entre representantes do MAB com a Clarice Coppetti, diretora financeira da Norte Energia, e Duilio Diniz, presidente da empresa. A reunião ficou agendada para a próxima semana, em Brasília. Além disso, ficaram marcadas reuniões do consórcio e do Incra com os atingidos da comunidade de Assurini, a fim de que apresentem áreas e os modelos para o reassentamento. Assurini é o maior assentamento rural do Pará, com aproximadamente 30 mil pessoas. A empresa se comprometeu em manter a agenda de trabalho que já vem realizando com o Movimento para, uma vez a cada 15 dias, discutir o andamento da pauta dos atingidos. Na reunião de hoje os representantes da empresa afirmaram que até o final do ano todas as famílias serão reassentadas (MAB, 2014).

O processo de luta do MAB, segundo informe do próprio site do movimento, trata-se de buscar conquistas no contexto de perdas que ocorrem durante o processo de construção de uma hidrelétrica, uma vez que nem sempre existe amparo público para os atingidos, restando a eles recorrer somente ao movimento para evitar injustiças.

Em outras usinas construídas recentemente, Santo Antonio e Jirau, os problemas não são diferentes. Os atingidos reclamam das indenizações e da dificuldade de reclamar seus direitos por não conseguirem advogados. Em um relatório feito pela Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente “Violação dos Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira”, elaborado pelos relatores José Guilherme Carvalho Zagallo e Marijane Vieira Lisboa, constam vários problemas. Dentre os problemas descritos pelo relatório do Dhesca (2011) destacam-se:

- Exclusão da bacia do Madeira do âmbito dos estudos sobre impactos ambientais e violação do princípio da autodeterminação dos povos e soberania dos países;
- Caracterização insatisfatória sobre necessidade do empreendimento e ausência de análise sobre alternativas de menor impacto;
- Ofensa aos princípios democráticos e ao direito humano à informação e participação;
- Violação dos Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais;
- Ofensa ao direito humano ao meio ambiente equilibrado e à proteção à biodiversidade;

- Ofensa ao Direito Humano à Saúde: risco de contaminação por mercúrio;
- Proliferação da malária; ausência de estudos sobre qualidade da água;
- Ofensa ao direito à alimentação segura, trabalho, acesso à terra e moradia adequada;
- Agressão ao Patrimônio histórico-arquitetônico (DHESCA, 2011, p.2).

Outra luta do MAB é sobre a discussão da falta de energia que, no entendimento do Movimento, trata-se de um alarmismo da mídia corporativa, governo e investidores. Segundo o Movimento, existe um interesse principalmente das grandes corporações de que haja excedente de energia para que esta seja adquirida de forma mais barata.

Estudiosos da questão energética do movimento garantem que se trata de uma “falácia”, baseado em dados da própria ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e do Ministério das Minas e Energia (MME). Gonçalves Júnior em MAB (2008,p.71) professor de engenharia elétrica da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), assegura que esse risco não confere e, principalmente, que atualmente, com o sistema interligado de energia elétrica, temos uma Itaipu de “*stand by*”.

Para Rosa da COPPE/UFRJ e ex-presidente da Eletrobrás em Textos de aprofundamentos e debate - MAB (2008, p.71) diz que “existe um grupo de privilegiados chamados de consumidores livres que consomem 30% da energia do Brasil a um preço baratinho. Quem paga é o pobre”.

Dom Orlando Dotti, bispo Emérito da Diocese de Vacaria/RS e grande apoiador do MAB, diz que “antes de produzir energia, as hidrelétricas produzem excluídos” em MAB (2008, p.73). Segundo Dom Orlando, esse pensamento não é só dele e sim de toda a igreja.

A opressão aos atingidos acontece porque existe uma promiscuidade entre as empresas, o ministério público e o judiciário. Uma promiscuidade que dita o que se deve fazer para que a barragem seja construída e para o lucro das empresas, não se importando com o que acontece com o povo (MAB, 2008 p.73).

O MAB relata, em vários trechos do caderno pedagógico “Textos, aprofundamentos e debates de 2008”, que as forças foram intensificadas contra os movimentos e seus apoiadores durante as tentativas do movimento de impedir as construções de hidrelétricas pelo Brasil. Os processos de despejo das famílias e

reintegração de posses têm sido feito usando a polícia local e até a polícia federal. Além disso, em Tucuruí (PA) no mês de março de 2005, até o exército foi usado para fazer guarda da construção da hidrelétrica com poder de polícia. Relata ainda que, em outubro de 2005, “50 policiais invadiram e destruíram completamente um acampamento de agricultores próximo ao Rio Canoas, na região atingida pela barragem de Campos Novos, em Santa Catarina” em MAB (2008, p.74). Ou seja, as pessoas que estão sendo atingidas, não bastasse a expulsão, ainda estão sendo tratadas como criminosas.

Recentemente, o MAB fez denúncia contra a violação dos direitos humanos das pessoas atingidas por barragens. Nessas denúncias apresentadas ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da União, são apontadas violações do tipo: comunidades esquecidas, isoladas, repressão policial, direitos negados ou não reconhecidos e tradições culturais extintas. Um defensor público da União, João Paulo Dorini, da Comissão Especial, montada para investigar as denúncias, confirmou todas denúncias feitas pelo MAB. Segundo esse defensor, em Acuã, na Paraíba, “os moradores saíram de suas casas com a água pelos pés e hoje estão absolutamente esquecidos” em MAB (2008, p.77).

O movimento denuncia, em vários trechos de seu caderno pedagógico de 2008, que a energia elétrica no Brasil tem estado a serviço das grandes corporações internacionais que não são viáveis em seus países e que, aqui, no Brasil, acabam tornando-se viáveis devido ao baixo custo de energia e incentivos governamentais produzidos às custas do povo brasileiro.

Todas essas reivindicações, denúncias e alertas faz com que o MAB seja atualmente um movimento de respeito e de incessantes lutas contra a construção das hidrelétricas. O movimento enfatiza que deve-se realizar busca por energia de outras maneiras menos prejudiciais ao meio ambiente e principalmente à vida humana.

Nessa linha de raciocínio é que surge um importante movimento que mistura busca por direitos, solidariedade e força que, mesmo com vários fatores contra, conseguiu, não evitar a construção, mas, fazer com que as pessoas atingidas fossem vistas e, principalmente, que suas necessidades básicas fossem atendidas fazendo com que o transtorno dos pequenos agricultores de deixarem suas terras pudessem ser amenizados. Nesse contexto de luta de construção de

Hidrelétricas e de luta dos atingidos por barragens organizados no MAB é que surgiu a Crabi – Comissão de Atingidos por Barragens do Iguaçu.

2.2 O QUE É UM ATINGIDO PELAS BARRAGENS?

O termo “atingido” segundo Fernandes (1996, p.78), significa “abranger, ser tocado, do latim *atingere*”. Para essa pesquisa buscou-se conceituar o termo atingido do ponto de vista das construções de usinas hidrelétricas.

No Brasil, quem determina quais são as pessoas atingidas são as empresas, consórcios e outras que realizam a obra. Porém, o conceito de atingido, do ponto de vista da construtora é diferente do ponto de vista dos movimentos sociais. Para o MAB, ser atingido é de alguma maneira sofrer impacto direta ou indiretamente pela construção, enquanto que para as empresas construtoras, o atingido é aquele que reside em áreas onde o reservatório irá formar-se e que possua documentação comprovando a propriedade.

Avaliando somente esses dois pontos de vista é possível verificar que a discussão já se estabelece muito antes de uma hidrelétrica ser construída. As definições para o empresário construtor é diferente da definição dos representantes das pessoas afetadas por essas obras. Para o MAB “o conceito de atingido, aplicável a indivíduos, famílias, grupos sociais e populações de modo geral, deve considerar as dimensões seguintes:

- A implantação de uma barragem implica, via de regra, processo complexo de mudança social, que envolve deslocamento compulsório de população e alterações na organização cultural, social, econômica e territorial
- Entende-se que na identificação dos impactos e dos grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos, devem ser considerados as alterações resultantes não apenas da implantação do reservatório, mas também das demais obras e intervenções associadas ao empreendimento, tais como canteiro, instalações funcionais e residenciais, estradas, linhas de transmissão, etc.
- Na identificação dos tipos de impacto, devem ser considerados, entre outros: a) o deslocamento compulsório (de proprietários e não proprietários); b) a perda da terra e outros bens; c) perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida; d) perda ou redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento; e) ruptura de circuitos econômicos.
- Em certas circunstâncias também devem ser consideradas como atingidas as comunidades e populações anfitriãs, isto é, que receberam reassentamentos de deslocados pelo empreendimento.

- Devem ser considerados os efeitos à jusante da barragem, que se fazem sentir normalmente apenas após o enchimento do reservatório. A restrição ou perda do potencial pesqueiro, mudanças do regime hídrico, efeitos sobre a navegação e comunicação, perda ou redução dos recursos para agricultura de vazante ou outras formas de exploração das várzeas (garimpo, extração de materiais, etc.), assim como todas as interferências à jusante deverão ser consideradas para efeito da identificação dos impactos.
- Devem ser consideradas como perdas as alterações impostas a circuitos e redes de sociabilidade, sempre que implicarem na ruptura de relações importantes para a reprodução social, consideradas as dimensões culturais e a identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas.
- As perdas de natureza afetiva, simbólica e cultural, imateriais e intangíveis, e por isso, mesmo não passíveis de quantificação e, a fortiori, de monetarização, devem ser consideradas e objeto de ampla e aberta discussão e negociação.
- Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros poderão ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do adequado reconhecimento como atingido.
- Deverá ser considerada a dimensão temporal dos impactos, de modo a incorporar o caráter essencialmente dinâmico dos processos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Isto implicará em considerar impactos que se fazem sentir em diferentes momentos do ciclo do projeto, desde o início do planejamento.
- Para os Povos Indígenas e demais Comunidades Tradicionais serão consideradas suas especificidades culturais, direitos históricos, constitucionais e reconhecidos por convenções internacionais (MAB, 2014, *site*).

Ao analisar esses tópicos definidos pelo MAB, percebeu-se que a abrangência de quem são os verdadeiramente atingidos é um processo ignorado pelas empresas construtoras, sendo claramente, mais prático dizer ou definir as pessoas que possuem terras documentadas na área de formação do lago como sendo, somente esses, os atingidos.

A compreensão do MAB é a de que qualquer pessoa, vivendo na área onde o lago irá se formar ou não, que, de alguma forma sentir-se prejudicado pelo projeto, este será um atingido. Na defesa desse argumento construiremos alguns aspectos que nos permitirão provar essa proposta.

Vejamos inicialmente os aspectos de vivência da população. As pessoas constroem, com o passar do tempo, vínculos de companheirismo e amizades nos lugares onde vivem e, esses vínculos, permitem-lhes criar um ambiente, na sua

concepção, saudável para a família. Nas desapropriações esses vínculos não são computados pelas empresas construtoras.

As relações comerciais que as pessoas criam ao longo de sua permanência em uma localidade, vila ou cidade, permitem que essas realizem transações informais, o qual o mercado formal muitas vezes ignora. Vejamos por exemplo a situação em que uma pessoa se dirige a um estabelecimento para realizar uma compra sem possuir, nesse momento, a moeda de troca (dinheiro) para fazê-lo. Nessa oportunidade, o conhecimento local, a amizade, o histórico pessoal dessa pessoa, definirá o destino da transação. Em regiões onde as pessoas praticamente todas se conhecem, esse tipo de transação econômica ocorre tranquilamente, e a pessoa tomadora da mercadoria assume o compromisso de pagar tal mercadoria numa outra data, seja em dinheiro ou entregando uma mercadoria que produz ou fabrica em sua propriedade.

Essas operações que são corriqueiras não são levadas em conta num processo indenizatório. Nem o comerciante que perde seu cliente nem o cliente que possivelmente terá que recriar essa prática em outra cidade, vila, comunidade.

Parece um exagero pensar em indenizar uma situação parecida com essa. Então do ponto de vista da palavra atingido, à pergunta inicial: ambos foram atingidos? Nossa visão é de que a resposta deveria ser “sim”. E sendo atingidos, ambos deveriam ser indenizados. Em recente trabalho feito por Temps (2013, p.30) sobre a usina Mauá no Paraná, a autora descreve o que representa na sua visão, o termo atingido. Para a autora “o termo atingido não tem nenhum viés social e a empresa fica no direito de dar andamento ao processo de indenização. A população, assim como a fauna e a flora, é vista como obstáculo a ser removido”.

Analisaremos agora os laços de amizades. As amizades são refeitas diriam alguns. Ao recorrermos ao trabalho de Siliprandi (2009), vejamos o depoimento de uma pessoa atingida, moradora do reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel/PR, dando depoimento sobre sua irmã que mora em outro reassentamento:

Ela tinha dois alqueires de terra lá na beira do rio, né? E aí uma parte desses dois alqueires foi atingida, então o governo indenizava a área total e ela tinha direito ao reassentamento. Então, ela recebeu um valor x, sei lá 70, aproximadamente isso, uns 80 mil e ela veio pra cá, não mora aqui no reassentamento São Francisco, mas mora em outro reassentamento aqui próximo, e ela fez um investimento com vaca de

leite e ela tira uma renda boa hoje, mas ela diz que ela é triste! Ela não consegue ser feliz com o dinheiro que ela tem! Com a terra, com a casa, que tudo melhorou pra ela, assim, em termos financeiros, ela não consegue ser feliz com isso. Porque lá, ela tinha os amigos dela que ela desde [...] ela se criou lá, foi morar perto de amigas de infância e que, depois, elas se separaram. Ela veio morar perto de pessoas estranhas, um outro modo de vida. Na verdade, muda tudo, até o modo de você viver, morar perto de uma cidade, sei lá. Não sei quantos mil habitantes têm na cidade lá, comparado com Cascavel. Nova Prata com Cascavel não tem nem comparação, muda tudo. As relações com os amigos e até com os parentes, e ela ficou sozinha na verdade, porque ela morava, sempre morou perto dos meus pais, meus pais ficaram lá e ela veio (SILIPRANDI, 2009, p.58)

A angústia percebida neste depoimento, ajuda-nos a comprovar que ser atingido é um processo muito mais complexo do que as empresas construtoras preconizam e usam em suas pranchetas para negociar. Primeiramente porque essas perdas do ponto de vista sentimental, poderão vir a longo prazo, e a essa altura, as empresas construtoras, na sua visão, já terão feito a sua parte.

Portanto, parece claro que, ser atingido não é uma situação de momento, algo que ficou no passado, e parece razoável para nós, entendermos que a expressão correta a se usar não seria fui atingido e sim, “sou atingido”, pois essas pessoas carregarão essa situação para o resto de suas vidas.

2.3 A CRABI: UM MOVIMENTO FORTE

A início, do que futuramente seria a Crabi, ocorreu em uma reunião em Francisco Beltrão com a participação dos membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios que teriam famílias atingidas pela construção da barragem. A reunião também teve participação do MAB (Movimento de Atingidos por Barragens), CPT (Comissão Pastoral da Terra), CRAB/RS (Comissão Regional de Atingidos por Barragens no Rio Grande do Sul) e com ASSESSOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural).

Nessa reunião, em vista da eminência da construção da futura hidrelétrica de Salto Caxias, os representantes dos “futuros” atingidos começaram as mobilizações, principalmente por saberem através do MAB e CPT que, caso não se organizassem, teriam dificuldades de serem indenizados. Nas falas dos entrevistados, como o atingido P14, que diz “vim do Rio Grande do Sul pra Nova Prata do Iguaçu e achava que nunca sairia de lá, mas quando fiquei sabendo da barragem fiquei com medo de perder minhas terras e minha família ficar sem nada”.

Nesse depoimento, não são encontrados relatos de oposição à construção da barragem, o que se percebe é que os atingidos estavam preocupados com o não recebimento de indenizações de suas terras.

Quando indagados sobre a oposição à construção, as respostas são do tipo: “E quem pode com a Copel? O comércio da cidade xingava nós dizendo que a barragem iria trazer crescimento para o município”. Em um depoimento do atingido P14 conta o seguinte:

O comércio de Nova Prata do Iguaçu ficava contra a gente, insistiam que a gente era loco fica querendo impedir da barragem sair e que isso ia trazer muitos recursos para o município. Depois que a gente já estava morando em Cascavel apareciam aqui pegar assinatura para tentar ser indenizado, não acreditaram na gente depois corriam atrás, e não foi nem um nem outro, vários vieram pegar assinatura dos moradores aqui em Cascavel (informação verbal).

Após esse início das mobilizações, as comunidades elegeram representantes para formar um grupo principal capaz de representar todos nas negociações com a construtora da barragem. Segundo P14, foi eleita uma diretoria composta por José U. Camilo, Hélio Bruning e Margarete Maran.

Surgiu então a Comissão de Atingidos por Barragens do Iguaçu (Crabi) com a incumbência de não deixar acontecerem os mesmos problemas que ocorreram com a construção de outras barragens realizadas pela Copel.

A mobilização e a atuação da Crabi iniciaram-se sem nenhum recurso financeiro, contando apenas com os escassos recursos de seus integrantes. Nas palavras de P14, “a gente tinha apenas um fusca velho amarelo para correr atrás das coisas, usava o meu cavalo para manter as pessoas informadas”. A notícia da obra cada vez mais próxima e o temor de perder suas terras como ocorrido em eventos semelhantes, fez com que aqueles que possuíam propriedades que seriam atingidas as vendessem para evitar o prejuízo. A essa altura o movimento tentava as primeiras negociações com a Copel sem obter êxito. As lideranças do Movimento realizavam visitas frequentes aos seus pares para que estes não desistissem da luta e se mantivessem firmes no propósito do enfrentamento. Camilo, o presidente da Comissão, visitava à noite as casas para convencer os moradores a fortalecer o movimento.

As primeiras negociações da Copel com os atingidos começam de forma aleatória com propósitos de desarticular o movimento. Representantes da Copel

visitam alguns moradores dizendo querer negociar e que fazer isso diretamente com a Copel era o melhor negócio.

Essas articulações visavam enfraquecer o Movimento a fim de que seus propósitos fossem alcançados mais rapidamente. Segundo Rosa (1999, p.1), “os movimentos sociais caracterizam-se como espaço coletivo, em que se organizam para reivindicar e efetivar seus interesses”.

A Copel não queria, naquele momento, que as pessoas estivessem unidas para negociar. Segundo depoimento de P10 “a Copel, na pessoa de seus representantes, jogava um morador contra o outro alegando que alguns já haviam acertado e que eles deveriam fazer o mesmo”, porém, não estavam obtendo êxito.

A coordenação do movimento quando sabia de alguma visita dos funcionários da Copel aos moradores, imediatamente se dirigia a essas propriedades para orientar e não deixar a Copel convencê-los.

As primeiras marcações com estacas de madeira começam a ser postas pela Copel para demarcar a área a ser atingida. Os atingidos se revoltam, arrancam tais estacas, ateiaram fogo nelas e os primeiros enfrentamentos começaram ser estabelecidos. Imediatamente alguns grupos montam acampamento no eixo onde seria construído a barragem, conforme foto recuperada com um membro do movimento.

Figura 4- Acampamento no marco zero da construção da barragem Salto Caxias (1993).



Fonte: Arquivo pessoal de P14.

A destruição dos marcos também foi tratada em Menezes (2003, p.70), que informa que a Copel, inclusive, decidiu processar judicialmente os líderes do movimento:

Como consequência da ação de retiradas dos marcos, buscando intimidar as famílias, a Copel decidiu processar dois líderes do movimento: José Uliano Camilo e Nereu Caffuri, que passaram a responder a Inquérito Policial, acusados de estimular estragos nos bens da Copel (MENEZES,2003, p.70).

Após a ação de demarcação por parte da Copel, várias famílias resolveram montar acampamento onde seria o canteiro de obras para que a Cia não pudesse realizar nenhuma atividade.

O acampamento, no futuro canteiro de obras, começou a se multiplicar. P14, em seu depoimento, diz que “a fileira de barracos ultrapassou os sessenta metros de comprimento”. Na figura seguinte é possível ver a montagem do acampamento ao qual chamavam ironicamente de “Cinco Estrelas” fazendo uma sátira aos hotéis de luxo.

Figura 5- O acampamento no canteiro de Salto Caxias (1993).



Fonte: Arquivo pessoal de P14.

Após as famílias ficarem sabendo do possível processo impetrado pela Copel contra os dois líderes, houve maior revolta e os demais atingidos também queriam ser processados em solidariedade aos líderes, pois afinal todos haviam ajudado a arrancar os marcos e queimá-los. Houve então um recuo por parte da Copel que retirou a acusação contra os dois integrantes do movimento.

Nesse mesmo momento os acampados se revezavam para buscar alimentos para os que ali estavam. Em uma narrativa de P14, este conta que:

A gente passava no comércio local pedir ajuda como arroz, feijão, óleo, erva e outros. Mas os xingamentos que recebíamos na verdade custavam mais caro que ganhar o alimento. Diziam que nós éramos uns malucos e que estávamos atrapalhando o progresso do município. Mesmo assim a gente pedia, pois éramos pobres e precisávamos dos alimentos. (informação verbal)

O governador da época, Roberto Requião, visitou o acampamento e pediu que os acampados fossem para suas casas dizendo que a Copel iria indenizar todos os atingidos. Segundo o governador: “deixa eles (Copel) construírem que eles vão pagar tudo certinho”. Após a pronúncia do governador alguns atingidos precisaram ser contidos pelos companheiros, pois queriam partir para agressão contra o governador, devido suas palavras.

O proprietário do terreno onde a construção aconteceria, Agenor Bezerra Tourinho, ergueu a voz dizendo que a Copel já havia feito acordo com ele três vezes e não tinha cumprido nenhum dos acordos e que, daquele momento em diante, iria apoiar a Crabi. A partir desse momento o proprietário do imóvel onde estavam os acampados, começou a matar bois e fornecer carne para os mesmos.

Nesse mesmo período, o governador Roberto Requião deu entrevista à TV e caracterizou a atitude do movimento como “molecagem”. Nos trabalhos de Menezes (2003) encontramos depoimentos das pessoas rebatendo a fala do governador como a de uma agricultora que diz:

Estamos aqui requerendo nossos direitos. O governo do Estado chamou nós de molecagem. Molecagem é ele. Ele não tem vergonha na cara dizer que nós somos molecagem. Quem “ponho” ele lá fomos nós. Ele foi eleito com o nosso voto e agora vem dizer que nós somos molecagem? Ele que venha vê o sofrimento da gente ‘prá’ ‘quere’ ‘tirá’ nossas terras e a COPEL que ponha a mão na consciência. Onde já se viu ‘querê’ tirar nossas terras, a gente construiu com muito sacrifício nossas coisas (MENEZES, 2003, p.94).

A Copel, após muita pressão do movimento, realizou alguns acordos com estes, nos quais, comprometia-se com as indenizações e as reivindicações pautadas pelos atingidos, dentre elas, a criação do reassentamento para as famílias. Porém, esses acordos estavam sendo usados pela Copel como medida paliativa, afim acalmar o movimento. Como a Copel não estava cumprindo com o acordo firmado, a Crabi se mobilizou e dirigiu-se a Curitiba protestando diante de prédios públicos como forma de forçar os representantes da Empresa a agilizar os acordos indenizatórios celebrados entre Crabi e Copel, principalmente no que diz respeito aos reassentamentos.

Figura 6- Ocupação e protestos em prédios públicos da capital Curitiba (1997)



Fonte: Arquivo pessoal de P14.

A quantidade de famílias atingidas pela usina de Salto Caxias foi significativa e ocorreu em vários municípios da região Oeste/Sudoeste do Paraná. Para atender as necessidades de todas essas famílias, precisaria de muita luta. Na figura anterior consta um pouco da trajetória desse movimento que buscou incessantemente seus direitos junto à empresa responsável pela construção de Salto Caxias e junto aos representantes do poder público. O número de famílias atingidas pode ser visto na tabela seguinte, de acordo com o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – RIMA. Nessa relação, constam apenas as famílias atingidas de forma direta pela formação do lago.

Tabela 1- Relação de famílias atingidas por Salto Caxias por municípios

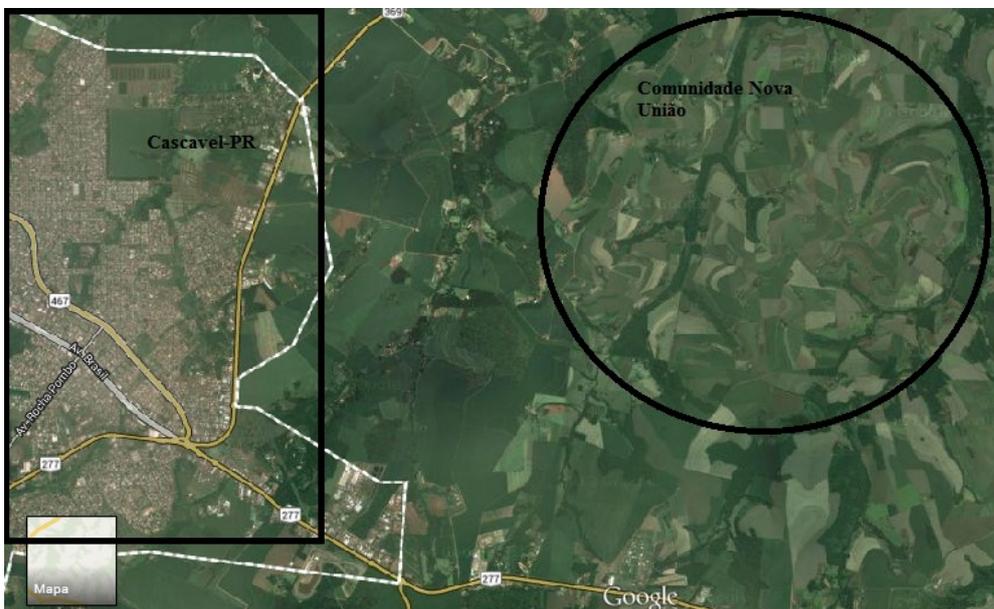
MUNICÍPIO	FAMÍLIAS
Capitão Leônidas Marques	35
Boa Vista da Aparecida	363

Quedas do Iguaçu	31
Nova Prata do Iguaçu	326
Salto do Lontra	8
Cruzeiro do Iguaçu	128
São Jorge do Oeste	4
Boa Esperança do Iguaçu	75
Três Barras do Paraná	352
TOTAL	1322

Fonte: Rima (1993) elaborada pelo autor.

Após essas pressões, a Copel agilizou os reassentamentos, sendo possível a mudança para as localidades escolhidas pelos próprios membros da Crabi. As mudanças que ocorreram na vida dessas pessoas estavam apenas começando e serão aprofundadas no próximo capítulo que tratará das questões mais específicas relacionadas à comunidade que passou a se chamar Comunidade Nova União.

Figura 7- Comunidade Nova União e sua proximidade da cidade de Cascavel



Fonte: Google Mapas (2014)

3 A COMUNIDADE NOVA UNIÃO

A comunidade Nova União foi formada com atingidos pela barragem da usina Salto Caxias e compõe o reassentamento São Francisco de Assis no município de Cascavel, no Paraná. A comunidade é composta por atingidos do município de Nova Prata do Iguaçu, município este que foi o terceiro mais atingido em quantidade de famílias.

A definição de comunidade não é unânime entre os estudiosos do tema, mas carrega característica de limites geográficos (onde começa e onde termina) mesclando laços de amizade com atividades comuns dentro de um grupo, como por exemplo, a solidariedade dos membros da comunidade. Segundo Nguiraze (2011):

Na verdade, foram muitos os que se aventuraram em discutir comunidades. Um dos primeiros foi o filósofo alemão Ferdinand Tönnis. Para ele, a comunidade é uma associação que se dá na linha de ser, isto é, por uma participação profunda dos membros no grupo, onde são colocadas em comum as relações primárias, como o próprio ser, a própria vida, o conhecimento mútuo, a amizade, os sentimentos (NGUIRAZE, 2011, p. 38).

Ao tratarmos de comunidades podemos recorrer ao sentido descrito por Candido (1971,p.62) quando se refere à comunidade como “consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas práticas mágico-religiosas”, refletindo o que estava acontecendo naquele momento com as pessoas atingidas pela barragem.

Outra definição é descrita por Nguiraze (2011), quando descreve o pensamento de Marx sobre comunidade. Para o autor:

Uma das conceituações mais interessantes de comunidade atribuída a Marx (1983) é que ela constitui um tipo de vida em sociedade na qual todos são chamados pelo nome. Isso significa uma vivência em sociedade onde a pessoa, além de possuir um nome próprio, isto é, além de manter sua identidade e singularidade, tem possibilidade de participar, de dizer sua opinião, de manifestar seu pensamento, de ser alguém (NGUIRAZE, 2011, p.39).

Para Frei Betto (2014, p.10) a comunidade é “Espaço de expressão da palavra do oprimido, nas comunidades emerge a consciência crítica do povo, a crítica à ordem social injusta”. Essa descrição pode, ainda, ser incrementada por Nguiraze (2011), pois para o autor:

A Comunidade se caracteriza por forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos; um subgrupo dentro da sociedade, percebido ou se percebendo como diferente, em alguns aspectos, da sociedade mais ampla (NGUIRAZE, 2011, p.38).

As pessoas da comunidade Nova União estavam unidas em torno de um objetivo comum: reconstruir suas vidas. Esse objetivo comum, no início era partilhado pelos encontros de orações realizadas com muita frequência nas casas dos moradores, uma vez que a igreja da futura comunidade ainda não estava pronta.

O núcleo da comunidade onde moravam antes de serem atingidos, era frequentada pelos moradores principalmente aos finais de semana, dias de reuniões e dias festivos. Nela, os moradores se reuniam para pôr as conversas em dia, jogar bola, bocha, baralho e, ainda, tratar de interesses coletivos. Agora, nas novas terras, ainda não estavam prontas a igreja, salão da comunidade, quadras de esportes e outros espaços comunitários que tinham na antiga comunidade.

Conforme relatou a moradora da comunidade Nova União P9, essas reuniões para realizar orações aconteciam da seguinte forma:

Nós tínhamos o costume de ir no culto na nossa antiga comunidade, mas como aqui não estava pronta a igreja, a gente se reunia nas casas dos moradores e fazia as novenas uma noite na casa de cada um, e era uma maneira de a gente se encontrar e fortalecer a fé na nova empreitada (informação verbal)

Os encontros das famílias funcionavam como uma espécie de combustível para que as mesmas refletissem sobre a nova realidade de que precisariam permanecer unidos como foi no período pré-reassentamento. Além disso, era preciso contar com seus vizinhos, pois a grande maioria deles veio para a nova terra com pouquíssimos equipamentos para a atividade agrícola e também com pouco dinheiro. Esse espaço comunitário vivenciado pelos atingidos, em que a amizade, a

troca de favores, o comprometimento com o outro, o empréstimo de ferramentas e alimentos acontece é definido por Anjos e Leitão (2009) como:

(...) é um espaço geográfico que suporta uma intensa trama de trocas interpessoais; o círculo das trocas é simbólico e relativamente fechado no âmbito do parentesco. Isso significa que, na trama de relações entre parentes, não há troca que não esteja revestida de sentimentos relacionados à reciprocidade. Um território é também um modo peculiar de expressão do cosmo: um espaço de relações que se apresenta sob um modo específico de partição das entidades que compõem (ANJOS E LEITÃO, 2009, p. 15)

Para Frei Betto (2014, p.7) a ajuda mútua ocorre, pois “são comunidades porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem a mesma igreja e moram na mesma região”. Na opinião do Frei trata-se de um modelo de Comunidade Eclesial de Base. Frei Betto (2014, pg.9) diz que “é na zona rural que as comunidades de base mais proliferam...o pequeno-agricultor encontra na igreja seu principal referencial ideológico”. Essas ideias também são corroboradas por Nguiraze (2011) quando diz:

É neste contexto que a nomenclatura Comunidade extrapola o sentido de um mero espaço local. A rede simbólica em torno da comunidade abarca uma teia de configurações de ideias, de utopias e de formas de relações, como alto grau de intimidade pessoal; compromisso ético, coesão social, continuidade espacial e temporal, sentimentos de pertencimento, motivações e desejos comuns (NGUIRAZE, 2011, p.37).

Esse sentimento de pertencimento e desejo comum serviu para que os reassentados enfrentassem as dificuldades no início das atividades na nova comunidade. As dificuldades iniciais de infraestrutura dos moradores de Nova União eram resultados das características humildes dos que compunham a comunidade, pois eram arrendatários e pequenos proprietários em Nova Prata do Iguaçu, em terras atingidas pelas águas da barragem de Salto Caxias. Como eram pequenos proprietários de até 5 alqueires paulista (24.200m²) e arrendatários (trabalhavam em terras de outras pessoas) possuíam pouquíssimos equipamentos ou, na maioria dos casos, nenhum equipamento.

A fala do morador da comunidade P8 relata com propriedade as condições em relação a infraestrutura e equipamentos na antiga propriedade:

Eu tinha só minha casinha de madeira, sem forro nem banheiro. Tinha apenas uma máquina de passar veneno e minha esposa e os filhos,

minha esposa já morreu mas a máquina de passar veneno que era minha ferramenta de trabalho eu ainda tenho e os meus filhos também (informação verbal).

A propriedade de P8 hoje basicamente produz soja e milho, porém ele conta com a grande maioria dos equipamentos necessários para gerar sua produção.

Outra dificuldade enfrentada pelos reassentados foi a questão da arborização. O terreno era de pastagem e sem nenhuma árvore. Existiam apenas a moradia e o galpão. Nenhum pomar, nada, apenas a terra nua. Embora o terreno tenha sido escolhido pelos próprios atingidos, pensou-se primeiramente na questão da mecanização da terra, ficando em segundo plano os aspectos, como por exemplo, a arborização. Essas informações foram frequentemente mencionadas durante as entrevistas com os moradores, ou seja, tiveram que refazer o pomar e plantar árvore para fazer sombra. Segundo o morador P12:

Tivemos que pedir as mudas para a Copel para podermos plantar arvores para fazer sombra e mudas de frutas para fazer o pomar, pois aqui, não tinha nenhuma fruta e sempre fomos acostumados com várias frutas onde a gente morava. Na beira do rio sempre tinha muitas laranjas e bergamotas e ainda outras frutas (informação verbal).

Os moradores de Nova União começaram a encarar as mudanças produzidas pela ida para a nova comunidade. Primeiramente a casa. Na antiga comunidade eram casas simples, em madeira, pequenas e, em boa parte delas, não havia banheiro anexo às casas. A casa que conquistaram na propriedade era de alvenaria, muito diferente das antigas moradas. Os antigos paióis deram lugar a barracões de alvenaria e cobertura de amianto.

Embora a moradia e as instalações de suporte fossem mais modernas, poucos trouxeram gado de leite, porcos e galinhas, pois eram na grande maioria arrendatários que não tiveram nenhuma outra forma de indenização que não fosse a terra. Além disso, a nova propriedade não contava com local adequado para alojar os animais.

Para preparar as terras e cultivá-las, usava-se a antiga “junta de boi”, pois tratores eram raros. Foram relatadas as primeiras atividades sendo realizadas no reassentamento. Nas palavras do agricultor P9 quando disse:

Como a terra era de fazenda, tínhamos que retirar o pasto e preparar a terra para o plantio. Eu me levantava antes do sol nascer, só vinha para casa almoçar e depois entrava em casa novamente depois que o sol se

escondia, e ainda era perigoso, pois tinha muita cobra cascavel nas terras, cheguei a perder a conta de quantas encontrei (informação verbal).

O acordo feito entre Crabi e Copel compreendia a importância de um salário mínimo, da época, por casal, por mês, aumentando conforme o número de dependentes cadastrados durante o período de desapropriação. Essa quantia, embora parecesse pouca, foi uma conquista imediata muito importante na opinião dos moradores de Nova União. Esse valor que as famílias receberam, ajudou a mantê-las na propriedade, pois o plantio é sazonal e demoraria alguns meses para a colheita e venda da produção.

Assim, a falta de dinheiro no período de entressafras colaborou para o crescimento da atividade ligada à produção de leite. O reassentado P10 mencionou que, durante visitas técnicas em algumas propriedades no Paraná, visitas essas conduzidas pela Crabi, teve a oportunidade de visitar propriedades ligadas à atividade leiteira e, nessas propriedades, vislumbrou a oportunidade de garantir uma boa renda para sua família. Em pesquisa realizada com pequenos proprietários que produzem leite em Entre Rios do Oeste/PR, Portz (2010) percebeu que:

A atividade leiteira é uma importante fonte de renda, que auxilia na manutenção de outras atividades no campo, isto porque a renda é mensal. Sendo assim a renda proveniente dessa atividade permite a estabilidade econômica da propriedade (PORTZ, 2010 p.38).

Os moradores de Nova União destacaram a importância da renda mensal atrelada à produção de leite e mencionam a realização de visitas em algumas propriedades antes das mudanças para a nova comunidade, com isso puderam compreender melhor esse tipo de atividade. Essas visitas, as quais os moradores chamaram de “intercâmbio”, foram realizadas com o intuito de mostrar atividades que esses poderiam realizar nas novas propriedades, dentre elas, as mais mencionadas são a produção de leite, ovos, verduras, soja e milho.

A falta de experiência em algumas atividades, foram, em boa parte, resolvidas pelos profissionais que davam assistência técnica nos primeiros anos de atividade na nova propriedade. A presença desses profissionais foi crucial conforme descreve P9 em seu depoimento, quando diz que “se não fosse o pessoal da assistência técnica (agrônomos, veterinários e outros) estaríamos produzindo ou

criando o gado como na antiga propriedade, sem nenhuma técnica” (informação verbal).

A comunidade Nova União é uma importante produtora de leite da região de Cascavel e também apresenta expressiva produção de grãos, juntamente com todo o reassentamento São Francisco de Assis. Porém, mesmo com essa expressiva produção, seus moradores enfrentam problemas relacionados às estradas. Esses problemas não estão refletindo somente no escoamento da produção, mas também no deslocamento dos mesmos em períodos de chuvas na região. As estradas de terra preocupam os moradores que mencionam as cobranças junto ao poder público, porém, sem obter sucesso.

Figura 8- Estradas de terra na comunidade Nova União



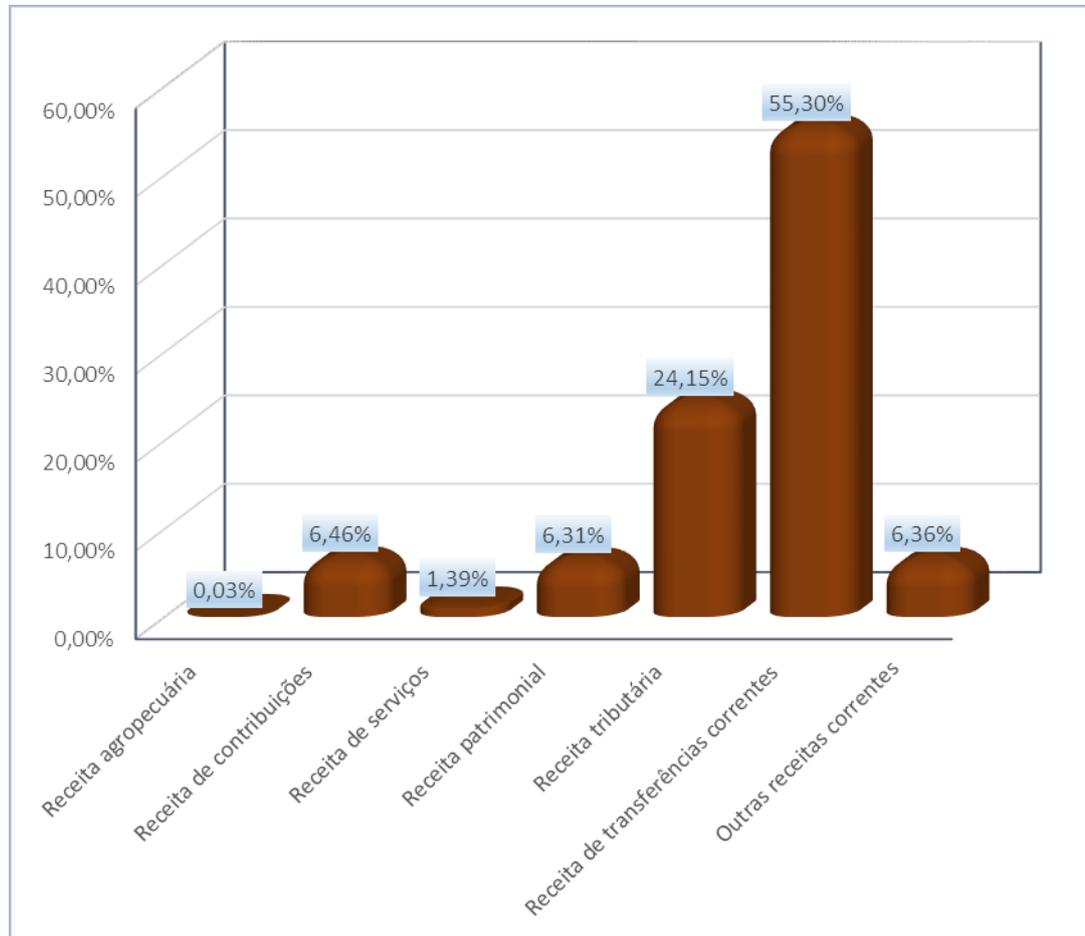
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Baseado nos 50% dos reassentados de Nova União que participaram das entrevistas e que, têm como principal atividade a produção de leite, é possível verificar a importância de estradas de qualidade para o escoamento da produção. Tiveram momentos em que os agricultores contrataram empresa ligada à pavimentação para arrumar as estradas e, outras vezes com o seu próprio maquinário tentaram contornar o problema. O reassentado P9 relatou que “inúmeras vezes tive que engatar o trator no caminhão de leite e arrastá-lo por alguns quilômetros para que ele pudesse levar minha produção, pois preciso que o leite seja recolhido todos os dias”.

Podemos verificar, nesse sentido, que o descaso com as estradas pode estar relacionado ao fato de que o município de Cascavel, segundo dados do Censo

de 2010 descrito em IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2013) tem apenas 5,64% da população residindo em áreas rurais.

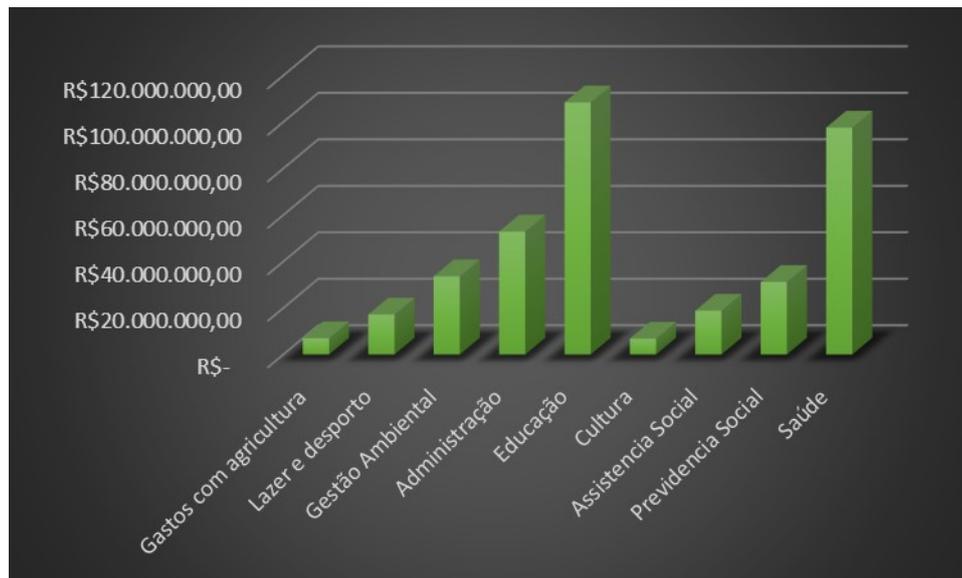
Figura 9- Participação das receitas no orçamento da prefeitura de Cascavel-PR



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do IPARDES (2013).

Como foi possível observar na figura 9, o percentual baixo da receita oriunda da agropecuária do município talvez justifique a fala de P1 ao dizer que “eles só fazem as coisas pelo pessoal da cidade, aqui não dá votos, mas na cidade sim. Por isso esquecem de nós” (informação verbal).

Figura 10- Gastos com alguns setores no município de Cascavel em 2012



Fonte: Caderno Ipardes (2013)

Vale lembrar que os agricultores vendem sua produção no comércio local e por conseguinte, movimentam a economia do município. Além disso, se todo o reassentamento São Francisco de Assis mudasse de Cascavel, a população rural desse município sofreria uma importante baixa. Segundo estimativa de P14 existe aproximadamente mil e duzentas pessoas morando no Reassentamento São Francisco de Assis atualmente (2014).

Embora o número de pessoas mencionado não seja expressivo em termos populacionais, para um município com um baixíssimo percentual (5,64%) de população no meio rural, torna-se um importante contingente de pessoas.

Os reassentados, com as suas lutas, conseguiram com que a Copel construísse núcleos para as comunidades localizadas no reassentamento São Francisco de Assis. Essas exigências fundamentaram-se nos aspectos de sociabilidade que os reassentados necessitariam na mudança para a nova comunidade.

Nesses locais de sociabilidade da comunidade, os reassentados de Nova União realizam o terço dominical que acaba sendo um momento de encontrar-se com os vizinhos e amigos pelo menos uma vez durante a semana. Esse hábito trazido da antiga comunidade ocorre, normalmente, no núcleo da comunidade.

A infraestrutura construída pela Copel, uma das exigências da Crabi e entregue à comunidade Nova União, conta com igreja católica, salão comunitário,

quadra de esporte e campo de grama. Além das benfeitorias da comunidade, existe um terreno comunitário, no qual os agricultores se revezam para o cultivo e, o resultado da venda de toda produção, retirados os custos produtivos, são usados em prol da própria comunidade.

Figura 11- Núcleo da comunidade Nova União



Fonte: Arquivo pessoal do autor

A comunidade realiza eventos tradicionais, como o porco assado e recheado e a celebração do aniversário da comunidade. Essas atividades são usadas para angariar fundos para a comunidade e permitir a manutenção da infraestrutura do núcleo comunitário, uma vez que conquistaram a infraestrutura, mas mantê-la é de responsabilidade da própria comunidade.

A reprodução do núcleo comunitário foi, junto com outros aspectos, uma conquista junto à Copel. Não se trata de nenhum presente à comunidade, e sim, fruto de muita luta para que fosse devolvido o que lhes havia sido tomado com a formação do lago da usina.

3.1 EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DE NOVA UNIÃO

As mudanças nas atividades econômicas dos reassentados, em relação as antigas práticas econômicas, mesclam situações paradoxais de práticas comunitárias com práticas mais voltadas ao capital.

Num primeiro momento, parecem estar totalmente envolvidos em práticas capitalistas de produção (agronegócio), com atividades agrícolas dicotômicas (milho e soja) ligadas à transgenia com um grau elevado de dependência de insumos e produtos externos à propriedade e, num segundo instante, realizam atividades camponesas de parentesco, compadrio e vizinhança (troca de horas e mutirão), ou seja, as práticas comunitárias.

Para melhor compreensão das práticas da comunidade Nova União, buscamos junto aos entrevistados caracterizar as atividades produtivas que se desenvolvem na comunidade. As atividades produtivas ligadas à transgenia foram evidenciadas devido ao fato de todos os entrevistados citarem o uso de sementes transgênicas para o plantio e, conseqüentemente, utilizarem herbicidas (Glifosato, Ally) indicados pelo fornecedor das sementes. Além disso, o uso desses herbicidas foram apontados pelos reassentados como sendo o único produto que poderiam utilizar para realizar o ciclo produtivo nas propriedades.

Na parte de adubação, as propriedades recebem a chamada cama de aviário e esterco bovino curtido, porém, nenhuma das propriedades está ligada à produção de aves e apenas 3,2% dos entrevistados possuem reservatório de esterco bovino em suas propriedades, demonstrando alto grau de dependência externa para realizar a produção.

Contudo, nos períodos de fabricação da silagem de milho, os reassentados realizam as trocas de horas. Nesse período, como 93,75% dos entrevistados possuem trator com carreta e, reúnem-se com seus equipamentos em uma propriedade para acelerar o processo do corte e transporte do milho para os silos. Após terminarem em uma propriedade, partem para a próxima baseados numa escala organizada pelos próprios agricultores de acordo com o amadurecimento da planta (milho), seguindo assim, até que todos tenham concluído sua silagem.

Em cada propriedade, a família que recebe a equipe de vizinhos para o trabalho fica responsável por fornecer o alimento consumido durante o período que

as atividades estiverem sendo realizadas naquela propriedade. A participação de algumas mulheres ocorre diretamente na atividade, porém, acaba sendo restringida, basicamente, à confecção da alimentação e ao abastecimento de água aos trabalhadores durante o processo produtivo.

A prática de vizinhança ocorre também durante o plantio, mas nesta, a troca de hora é substituída pelo pagamento da hora-máquina, em que o proprietário paga em dinheiro a despesa resultante do uso da plantadeira conforme acordo entre o atendido pelo serviço e o prestador do mesmo.

Mesmo com a mecanização e mudanças nas bases técnicas de produção, esses agricultores reassentados conservam práticas de resistência, atravessando barreiras de tempo e sendo ensinadas aos filhos que atualmente colaboram com o processo de produção da propriedade.

O sentimento de pertencimento a um lugar acaba sobrepondo a questão monetária (pagamento de salário) e contribuindo para a sobrevivência da prática de ajuda mútua, tornando o reassentado um componente de algo maior (comunidade), afastando assim a ideia de isolamento no campo.

São comuns na comunidade as atividades de mutirão. Nessas atividades doa-se parte do tempo, de acordo com a disponibilidade de cada um, para realizar tarefas ligadas, principalmente, ao núcleo da comunidade.

Nas proximidades de datas festivas, ocorre no núcleo da comunidade Nova União os mutirões para corte de grama, limpeza do pavilhão comunitário e limpeza da igreja. Essas práticas são realizadas sem nenhum tipo de remuneração ou expectativa de devolução de horas, pelo contrário, ocorrem apenas com o intuito de que a comunidade e os visitantes possam usufruir de um ambiente agradável e que mostre o empenho de Nova União em prol de toda a sua comunidade.

A comunidade preserva essa atividade e ainda transmite essa prática para os mais jovens. O acesso dos jovens a essas práticas, permitirá reproduzi-las em suas futuras atividades e, talvez seja esse o caminho para o não desaparecimento da mesma.

Outras práticas seguem como garantia de existência da prática camponesa. Cabe citar o cultivo da horta, o plantio de árvores, a troca de horas, os mutirões, as práticas religiosas, demonstrando que existe nesses reassentados, um trabalhador que cede ao avanço do capital com suas tecnologias (maquinário moderno), com práticas minimalistas de mão-de-obra empregada e com índices produtivos cada vez

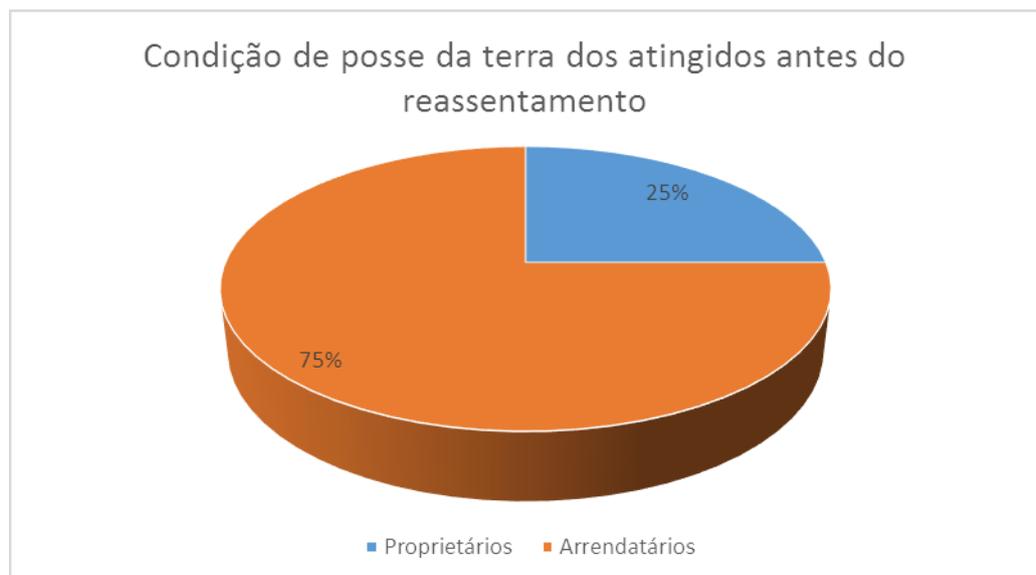
maiores, mas que, também, existe um camponês que não quer perder as suas raízes nem diluir algumas práticas que serviram e ainda servem para aproximar as pessoas.

4 CONQUISTAS E PERDAS DOS REASSENTADOS DE NOVA UNIÃO

A pesquisa realizada com a comunidade Nova União buscou caracterizar as conquistas que ocorreram no contexto de perdas resultantes das desapropriações para a construção de uma usina hidrelétrica. Nesse sentido, descrevemos as conquistas e perdas baseado no relato dos reassentados e nas percepções das falas dos entrevistados.

Como conquistas consideramos as mudanças que ocorreram referentes à infraestrutura, terra, aprendizagem de organização e luta, proximidade a centros de referência em atendimento de saúde e proximidade com centro comercial (facilitador de venda da produção). Como perdas, foram considerados os laços de afetividade desfeitos ou dificultados pela mudança abrupta para outra localidade, pois não foram todos da antiga comunidade que foram atingidos. Consideramos ainda como perdas os aspectos naturais (paisagem, clima), relação construída no comércio do antigo município que precisou ser refeito na nova cidade e reconstrução da propriedade (arborização, preparo das terras e readaptação).

Figura 12- Condição de posse das terras pelos atingidos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Ao avaliarmos o quesito terra, podemos verificar que a maioria dos reassentados de Nova União eram arrendatários, ou seja, não possuíam suas próprias terras.

Mesmo os proprietários, eram pessoas que possuíam terrenos inferiores a cinco alqueires paulistas (24.200 m² de área) e, por esse motivo, dado a diferença de valorização do terreno da região oeste, terreno este com elevado preço de mercado, segundo estimativa dos reassentados, representa um ganho em termos de preço dos terrenos, pois em comparativo com terrenos da região sudoeste onde viviam, com características semelhantes às antigas propriedades dos reassentados, estes apresentam valor entre cinquenta e sessenta mil reais (2014), ou seja, tem preço em torno de 50% dos terrenos da atual propriedade.

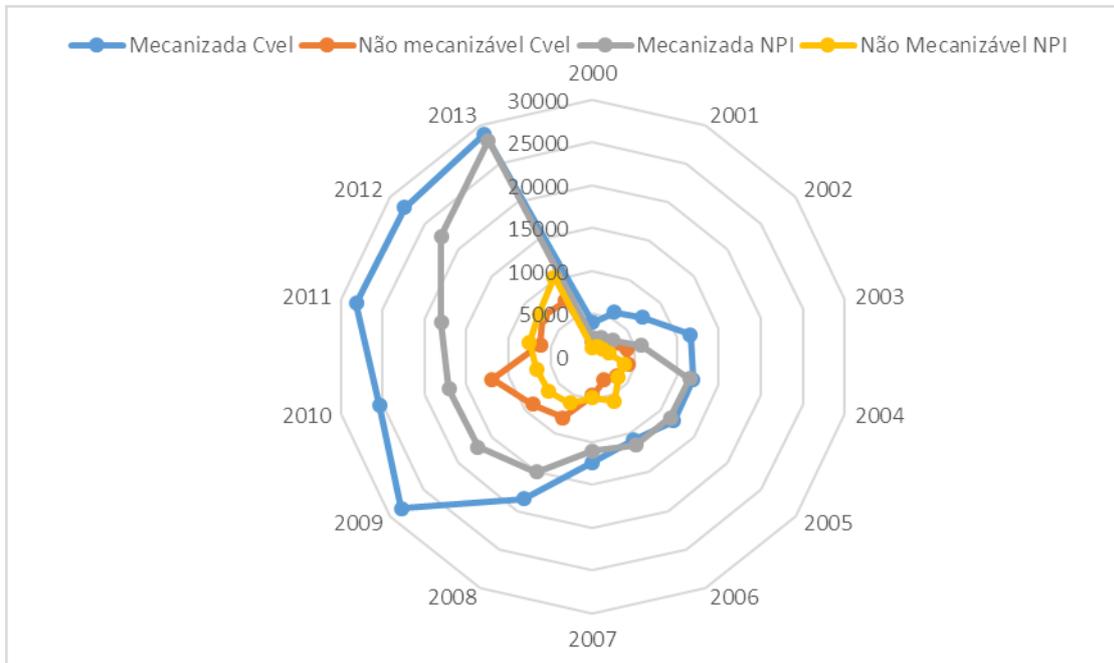
As conquistas para os moradores de Nova União não ocorreram do dia para a noite. Foi resultado de muita luta e organização durante quase dez anos, desde as primeiras notícias da construção da futura usina, até as indenizações e organizações nos reassentamentos escolhidos pela Crabi e comprados pela Copel.

Como visto antes, os atingidos precisaram organizar várias manifestações em frente ao Palácio Iguazu, sede do governo paranaense, e também no canteiro de obras da usina em Salto Caxias. Essa demonstração de mobilização tem reflexos nas conquistas dos atingidos deixando evidente que não houve doação por parte da Copel e sim, foram conquistas arrancadas com as lutas e enfrentamentos.

Podemos verificar então, que a terra foi uma conquista importante para os atingidos. Essa não ocorreu apenas sob o ponto de vista dos arrendatários que não possuíam terra alguma, mas também, pelo aspecto dos pequenos proprietários que, além de aumentar a área que possuíam anteriormente, acabaram ainda conseguindo valorização dessa área pelo aspecto regional e aspectos geográficos do terreno que permitem uma gama maior de atividades que podem ser desenvolvidas nelas.

Para comparar o preço das terras, descritas pelos reassentados como de preço maior que as terras de Nova Prata do Iguazu, realizamos levantamento do preço definido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SEAB. Esses dados secundários foram obtidos de uma planilha na qual a SEAB divulga o preço por município de acordo com a classificação da terra. Usamos para a elaboração de um comparativo, dois tipos de classificação: terra mecanizada e terra mecanizável de Cascavel e Nova Prata do Iguazu.

Figura 13- Gráfico comparativo entre Cascavel e Nova Prata do Iguaçu quanto ao preço da terra por *hectare* (10.000m²)

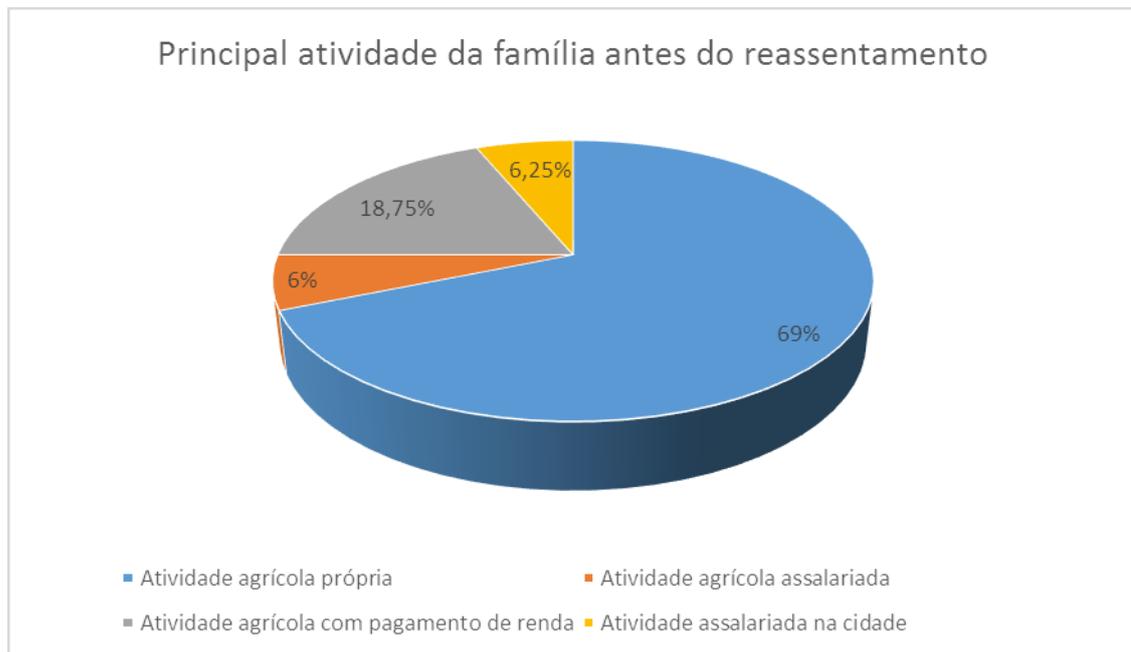


Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SEAB/DERAL (2014).

A partir da análise gráfica verifica-se que o preço das terras entre os dois municípios apresentam disparidades. Além disso, ao somarmos os preços das terras mecanizáveis com os preços das terras não mecanizáveis, essa diferença torna-se ainda maior, prevalecendo o que disseram os reassentados quando apontaram as terras de Cascavel com preços maiores que as de Nova Prata

A terra, porém, não foi a única conquista dos reassentados. A infraestrutura na propriedade composta por barracão de alvenaria, água de poço artesiano, construção de um núcleo para a comunidade Nova União (igreja, salão comunitário, quadra de esportes e campo de grama) além de colégio (fundamental e médio) para uso dos reassentados, conseguido através de parceria com o governo do estado, são exemplos de conquistas adquiridas com as lutas da Crabi frente a Copel. Quanto às atividades que desenvolviam no lote de terra antes de serem atingidos pela usina; os dados são os seguintes.

Figura 14- Atividades realizadas nas propriedades antes do reassentamento



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

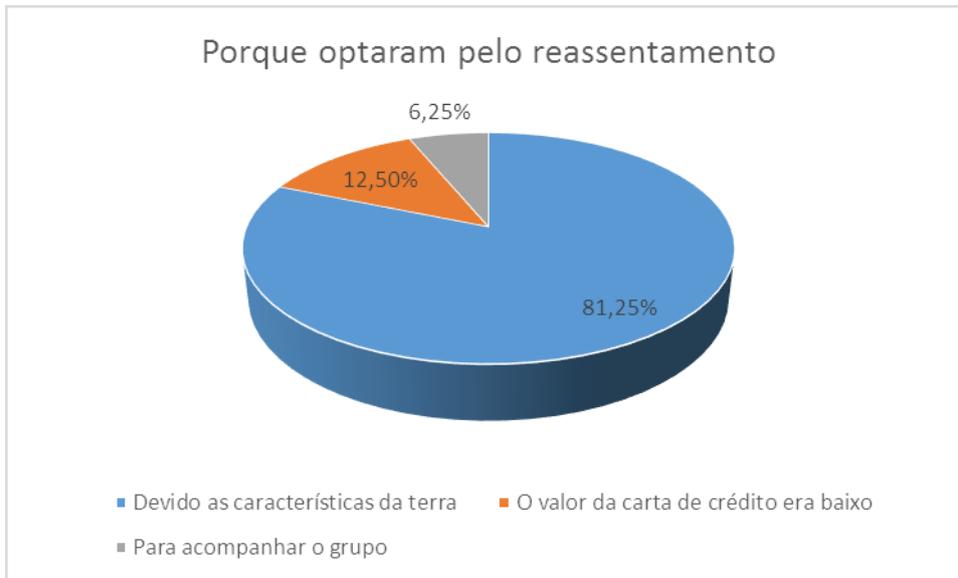
Os entrevistados que não eram proprietários nem pagavam renda, relataram que, proprietários de terra na antiga comunidade cediam pequenas frações de suas terras para que eles pudessem plantar pequenas quantidades suficientes para alavancar, mesmo que de forma precária, o sustento de suas famílias. Relatam ainda que essa atividade foi o que lhes garantiu participar do cadastro feito pela Copel, após pressões do movimento e, conseqüentemente, ter direito ao reassentamento ou a carta de crédito.

O reflexo disso aparece nos resultados das entrevistas quando os reassentados são questionados sobre conquistas. A resposta com maior frequência é a conquista da terra e a segunda maior frequência é a infraestrutura da propriedade.

Os reassentados informaram que “escolheram” o reassentamento em Cascavel, uma vez que poderiam optar pela “carta de crédito”³ ou ainda outros reassentamentos, inclusive no próprio município.

³ A carta de crédito era um valor que o atingido teria a disposição caso não quisesse ir para um reassentamento. O valor para os arrendatários era de trinta e cinco mil reais (valores da época) e para os proprietários sofria variação para maior conforme a área e as benfeitorias da propriedade.

Figura 15- Motivo da “opção” pelo reassentamento em Cascavel



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Para os agricultores entrevistados a qualidade da terra, a qual se referem como “bonita” e a infraestrutura, foi conseguida pela luta da Crabi. Isso fez com que eles “optassem” pelo reassentamento e naquele local, pois realizaram muitas visitas à outras áreas antes de “escolherem” as terras que formaria Nova União. A terra fértil e pouco acidentada permite que o proprietário possa cultivá-la quase que na totalidade, sendo este, um dos fatores que motivaram a “escolha” dela. É possível perceber o encantamento de P14 ao relatar que “quando a gente viu essas terras, comparado ao lugar onde a gente morava que era só morro e pedra, não tivemos dúvida, escolhemos o reassentamento” (informação verbal).

Em relação à conquista da terra, Oliveira (2011) relaciona o preço da terra à sua produção comparando terrenos mais ou menos férteis, com proximidades mais favoráveis ao escoamento da produção ou menos favoráveis (distância/custo de transporte). Segundo o autor:

O preço da terra no modo capitalista de produção (para os proprietários de terra e para os capitalistas) aparece, portanto, como juro do capital com que compra a terra e, por conseguinte, o direito a renda. Por isso, o preço da terra é regulado, de um lado, pelo montante da renda da terra e, de outro, pela taxa média de juro no mercado de capitais. (OLIVEIRA, 2011, p.63).

Esse preço da terra informado pelos atingidos e apontado pelos mesmos como a conquista mais importante no contexto de lutas da Crabi, é descrito por Oliveira (2011) quando cita a renda da terra, usada para explicar o seu preço. Segundo o autor:

A renda da terra é uma categoria especial na Economia Política, porque ela é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. Na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre a fertilidade natural dos vários tipos de solos (OLIVEIRA, 2011, p. 43).

O autor descreve a renda da terra como diferencial, quando essa é resultado da concorrência e, de renda absoluta, quando essa resulta do monopólio. Para o autor as características entre uma e outra podem ser definidas por:

A renda da terra diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, ou seja, ela continuaria a existir se o solo fosse nacionalizado. Já a renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. Resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir. Inclusive, ela desapareceria caso as terras fossem nacionalizadas (OLIVEIRA, 2011, p.43-44).

A renda da terra diferencial I apresenta fatores que distinguem uma região e outra, influenciando nos preços das terras. Para Oliveira (2011) as diferenças ficam evidentes quando, em áreas iguais, com aplicações de capitais iguais, produzem resultados desiguais. Os terrenos mais férteis, com os melhores solos, acabam privilegiados nesse processo, à medida que o mercado baliza pelos preços da produção dos piores terrenos, e isso, faz com que os melhores terrenos levem uma vantagem natural.

Esta situação aponta para uma lei que rege o comportamento da formação da renda da terra diferencial I causada pelas diferenças na fertilidade natural dos solos. Esta lei diz que: quando um país tem a expansão de sua agricultura a partir dos terrenos mais férteis para os menos férteis, aqueles proprietários que detêm o monopólio das "melhores" terras aumentarão suas rendas na proporção direta em que os "piores" solos passarem a ser cultivados, em decorrência da necessidade crescente da produção de alimentos (OLIVEIRA, 2011, p.46).

Outro fator apontado como renda da terra diferencial I é a distância desta para o local de venda, transformação ou exportação. Caso uma mesma produção, em áreas iguais, e distâncias diferentes, influenciam na renda da terra. Porém, uma eficiência nos meios de transporte poderia corrigir essa distorção. Além disso, existe uma premissa de que, quanto maior a distância do transporte, o custo unitário tenderia a redução. Mas, como o transporte é dependente de vários fatores, neste caso, prevaleceria mesmo assim o melhor solo.

Outro tipo de renda chamado por Oliveira (2011), de renda diferencial II, resulta de altos investimentos mesmo em terrenos férteis, tornando-os altamente produtivos. Diferencia-se da primeira (fertilidade do solo e localização), porém, é uma causa estritamente capitalista, pois resulta de investimento de capital.

Existe ainda a renda terra absoluta, do monopólio, aquela em que os detentores da terra escolhem ou não produzir. Neste caso, diferentemente das rendas diferenciais I e II, é o resultado da mais-valia, em que o proprietário das terras somente irá produzir caso o preço do produto se eleve no mercado, ou seja, que toda a sociedade colabore para o aumento dos lucros, e, para que esse lucro ocorra, os consumidores/trabalhadores precisam gerar mais-valia no mercado. Segundo Oliveira (2011):

Só a extinção da propriedade privada do solo pode pôr fim a este tipo de renda da terra, caso contrário, a sociedade inteira terá que pagar sempre, aos proprietários de terras, este verdadeiro tributo, para que as terras sejam colocadas para produzir (OLIVEIRA, 2011, p.57)

Contudo, a terra não é apenas um equivalente de mercadoria, pois possui também conteúdo subjetivo percebido no depoimento de P11 ao dizer que “tenho saudade da antiga terra, dos amigos, nossos compadres que deixamos para trás” (informação verbal), recordando a antiga propriedade que agora está embaixo d’água em Nova Prata do Iguazu onde o lago de Salto Caxias se formou.

Os reassentados apontaram como conquistas, além da terra, a infraestrutura. Sobre infraestrutura, os resultados das entrevistas mostraram que os agricultores atualmente (2014) possuem trator, ensiladeiras, carretas de trator e outros equipamentos.

Figura 16- Equipamentos agrícolas, casa, barracão e colégio dos reassentados



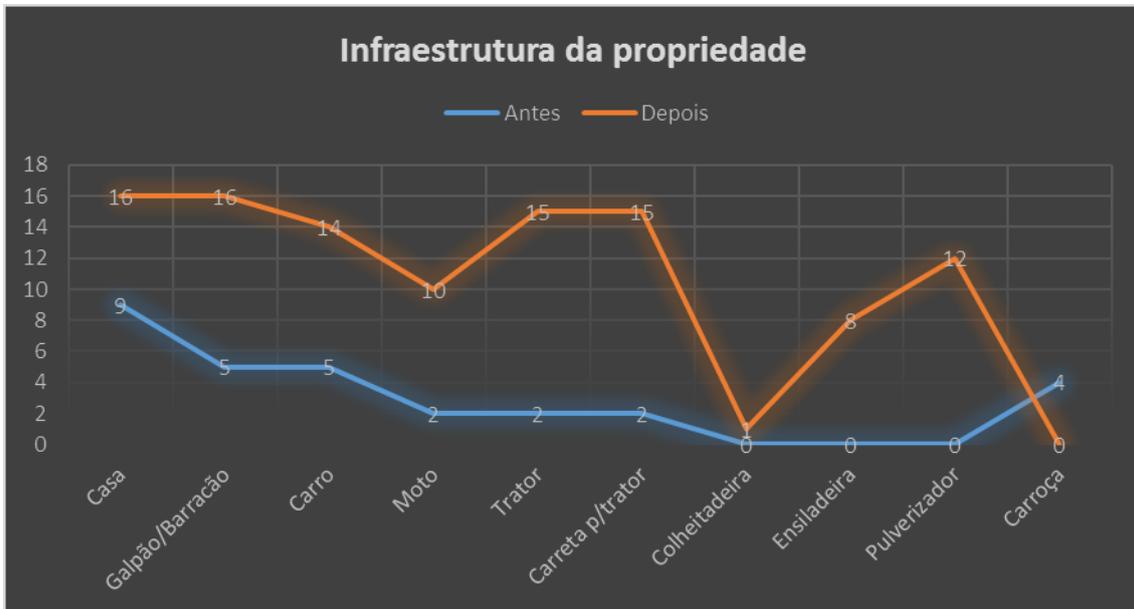
Fonte: Arquivo pessoal do autor

Verificou-se que as casas possuem instalações adequadas para cada família, com área construída acima de 70 m², barracões para guarda de equipamentos e alguns sendo usados como local de ordenha e, verificou-se ainda, que quase a totalidade das casas já sofreram alterações na estrutura (ampliação), aumentando a qualidade e o conforto das mesmas, demonstrando que os reassentados não apenas mantiveram suas conquistas, mas as ampliaram.

Além disso, quando questionados sobre faltar algum equipamento para atender todo o ciclo produtivo, a grande maioria diz não ter caminhão para o transporte e colheitadeira, sendo que os demais equipamentos eles já possuem.

Ao retratarmos as diferenças entre o que possuíam antes do reassentamento (1997) e o que possuem atualmente (2014), verificaram-se importantes mudanças.

Figura 17- Infraestrutura: comparativo entre 1997 (antes do reassentamento) e 2014 (no reassentamento).



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Pode-se verificar que, 44% dos entrevistados sequer tinham casa própria. P8 diz que “morava de favor num cantinho que cederam pra eu poder criar meus sete filhos, nem a casinha de tábuas rala não era minha” (informação verbal). Com exceção dos 25% proprietários, os 75% outros arrendatários (antes da usina) disseram não conseguirem rendimento igual a um salário mínimo da época como rendimento mensal.

Nas palavras de P15 pode-se verificar as situações pelas quais algumas famílias de atingidos passavam antes do reassentamento quando diz “para quem não tinha nada antes do reassentamento meu amigo, tudo o que aconteceu pra gente depois foi ganho”.

Além das palavras dos reassentados, o gráfico anterior deixa claro que melhorias importantes aconteceram desde a mudança para a nova comunidade. Essas mudanças contribuíram para que esses atingidos permanecessem na atividade econômica da agricultura, contando com terreno próprio, casa, barracão e equipamentos necessários para desenvolver suas atividades.

Essas melhorias permitiram, ainda, que esses agricultores pudessem almejar alterações nas suas casas, construídas originalmente a partir de um modelo padrão acordado entre Crabi e Copel, passando por melhorias no barracão, estrebarias e organização da área da propriedade.

Os entrevistados, porém, fazem questão de ressaltar que tudo foi conquistado com muita luta e pressão para indenizações. Por isso, segundo eles, o nome dado à nova comunidade carrega a marca do que foram aqueles momentos antes da mudança para a Nova União.

Durante as entrevistas os reassentados enaltecem as conquistas que tiveram a partir das lutas, deixando as perdas serem percebidas nas entrelinhas. Quando questionados neste sentido, alguns relataram perdas em relação a laços familiares e de amizades bruscamente interrompidos pela mudança para a nova comunidade. O reassentado P6 disse que “agora todos temos carro e qualquer coisa é só dar um pulinho, pois os parentes ficaram a pouco mais de cem quilômetros de distância”.

Embora não deixem transparecer que houve perdas, as entrelinhas das entrevistas no trabalho de campo acusam que elas aconteceram. Os laços de amizades construídos ao longo do tempo e interrompidos pela mudança são perdas que não são passíveis de indenizações. Assim, os reassentados tentam preencher esse vazio justificando que podem ver seus amigos a hora que quiserem, pois agora todos tem meio de transporte para fazê-lo. Contudo, mesmo sendo possível fazer isso, esquecem que isso lhes custaria o deslocamento, deixar a propriedade e suas atividades, ou seja, o transtorno acaba se tornando um empecilho.

Já o reassentado P16 fez referência às humilhações que sofreram logo que mudaram para Cascavel. Segundo ele “os comerciantes de Cascavel achavam que nós éramos ‘sem-terra’ que haviam invadido uma fazenda. Sofremos com o preconceito no início, não foi fácil para pessoas honestas”.

Talvez nem os próprios reassentados percebam, mas, ter que restabelecer os laços de confiança com o comércio representa, também, uma perda. Aquela facilidade que se tinha, no antigo município, de negociar com os comerciantes locais caso o dinheiro não fosse suficiente naquele momento, teve que ser todo refeito no novo município.

Em relação à atividade econômica desenvolvida nas novas propriedades, percebemos perdas significativas do ponto de vista da atividade de subsistência. Enquanto na antiga propriedade produziam arroz, feijão, milho, mandioca, batata doce, frutas, ou seja, produtos que permitiam ao agricultor buscar fora da propriedade apenas itens industrializados, na atual propriedade, tem-se perdido parte dessa característica, tornando-se mais dependentes de fora da propriedade. O entrevistado P6 disse que “não temos horta na propriedade, é mais tranquilo comprar de fora, dá menos incômodo” (informação verbal).

Ainda sobre essas perdas, o entrevistado P9 relatou que “minha produção é de mais de mil litros de leite por dia, porém compro queijo no supermercado, não é viável fazer em casa” (informação verbal).

Além disso, houve a venda de propriedades na comunidade Nova União. Esse fato foi confirmado pelos reassentados. O reassentado P1 disse que:

As vendas que aconteceram aqui, no meu ponto de vista teve a ver com as pessoas não conseguirem se encaixar na proposta que a comunidade tinha. Tinha que participar das reuniões, se ajudar. Algumas dessas pessoas não se sentiam confortáveis com isso. Além disso, teve gente que se envolveu com problemas na cidade com ‘mulherada’ e aí sempre estavam pra cidade e a propriedade não se organiza sozinha (informação verbal).

Com essas informações sobre as vendas das propriedades e na tentativa de compreender os motivadores de tais vendas, questionamos os entrevistados sobre o problema, pois, o paradeiro das pessoas que venderam suas propriedades é desconhecido pelos reassentados e, ainda, foi relatado que houve caso de suicídio de um ex-reassentado de Nova União. Elaboramos, então, a partir de informações dos que ficaram, a tabela seguinte (tabela 2) para expressar a opinião dos entrevistados sobre as causas das vendas de propriedades.

Tabela 2- Motivos/causas das vendas de propriedades no reassentamento em Nova União.

		As vendas de propriedades foram motivadas por				Total
		Não se acostumaram com o lugar	Não tinham habilidade para lidar com a terra	Não souberam administrar a propriedade	Eram preguiçosos	
Condição de uso da terra antes do reassentamento	Proprietários	6,20%	6,20%	12,50%		25,00%
	Arrendatários	6,20%	18,80%	37,50%	12,50%	75,00%
Total		12,50%	25,00%	50,00%	12,50%	100,00%

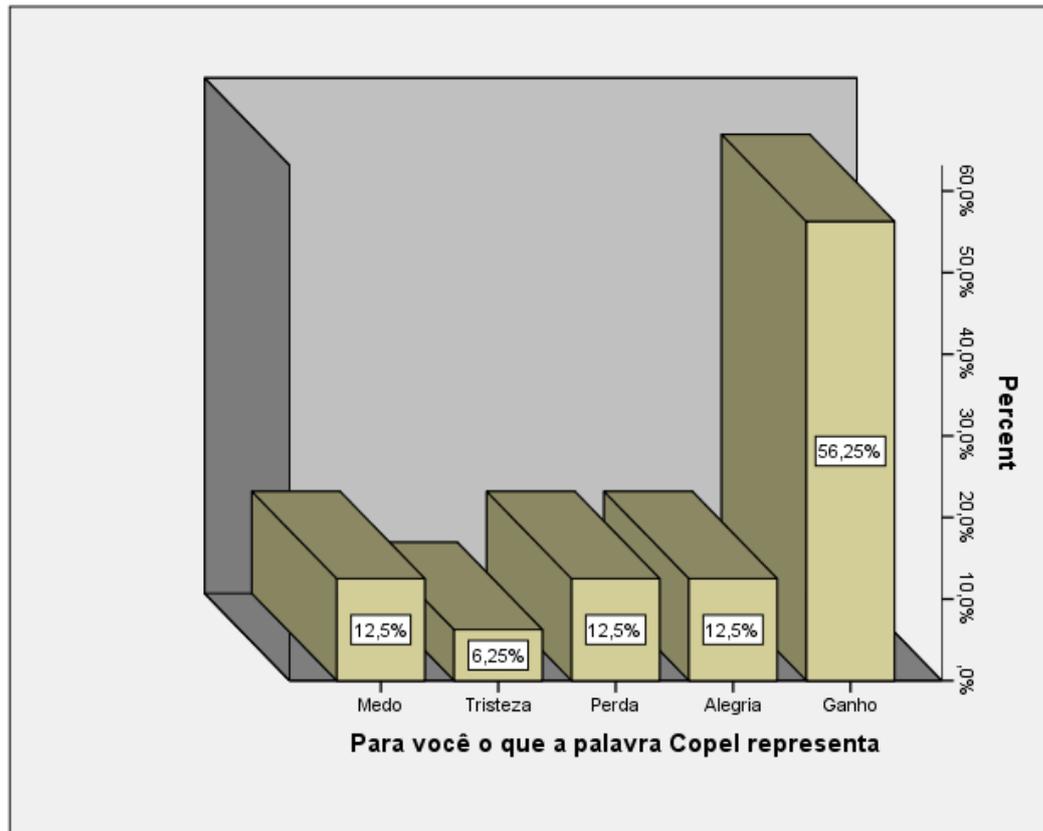
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Os reassentados que permanecem em Nova União e que, por ocasião da construção da usina, eram arrendatários, foram os que mais apontaram a incapacidade de administrar a propriedade como possíveis causas motivadoras das vendas de duas propriedades em Nova União.

A Copel poderia ter intervido nessas questões atuando como orientadores afim de evitar essas vendas. Essa incapacidade administrativa, apontada pelos próprios reassentados, seria passível de solução, com um acompanhamento adequado, pois tratavam-se de pessoas com baixa escolarização e, suscetível de influências externas para poder comprar os terrenos. Com o acompanhamento devido, o destino desses agricultores poderia ser outro que não fosse a venda dos terrenos.

Sobre a Copel, responsável pela construção da usina Salto Caxias, os entrevistados, na sua maioria, associam o nome da empresa ao sentimento de satisfação e ganho.

Figura 18- Sentimento dos reassentados em relação à Copel



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

A palavra **alegria**, citada pelos reassentados causou estranheza inicialmente. Mas, a partir da fala de P3 dizendo que “essa construção da usina caiu do céu para nós, nunca mais uma dessa, foi como ganhar na loteria. Quando que ia imaginar ter minha terra para criar meus filhos” (informação verbal) ela tornou-se mais clara.

Associar o nome Copel à palavra ganho e alegria, como ocorreu na maioria das respostas, tendo sido expulsos da localidade onde moravam, torna-se compreensível à medida que a construção da usina Salto Caxias representou a possibilidade de adquirir, pela primeira vez, um pedaço de terra própria com casa, barracão, água encanada e ainda, um salário mensal durante o primeiro ano na nova comunidade. Para 75% dos entrevistados, realmente foi uma mudança radical no estilo de vida, passar de arrendatário para proprietário, num período de tempo muito além da expectativa dos mais otimistas. Assim, podemos perceber que adquirir o próprio pedaço de terra realmente tornou-se motivo de comemoração para esses atingidos.

As medidas dos lotes do reassentamento não apresentam muita dispersão devido os critérios adotados e acordados entre Crabi e Copel, mais uma das conquistas para os atingidos. A distribuição de terras no reassentamento baseou-se no critério de terreno mínimo de sete alqueires (incluindo a reserva), em que a área de reserva é comum para todos os reassentados. Além disso, a Crabi conseguiu incluir como conquista a “força de trabalho” que consistia em um acréscimo para as famílias que possuíam filhos, de forma a terem um tratamento diferenciado no quantitativo do terreno.

A força de trabalho foi definida no valor de dois alqueires e meio (2,5 alqueires) e os critérios de definições dos direitos foram descritos para facilitar a compreensão de como se deram as medidas dos lotes que cada família atingida recebeu no reassentamento, principalmente no tocante à força de trabalho.

Tabela 3- Percentual da força de trabalho na distribuição dos lotes do assentamento

Idade dos filhos	0 até 5 anos	5 até 10 anos	10 até 15 anos	15 até 18 anos	18 anos ou mais
% força de trabalho	0,0 %	25%	50%	75%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A discussão sobre a força de trabalho foi formalizada entre Crabi e Copel adotando os critérios descritos na tabela. Sobre a força de trabalho Gonçalves (2013) explica que:

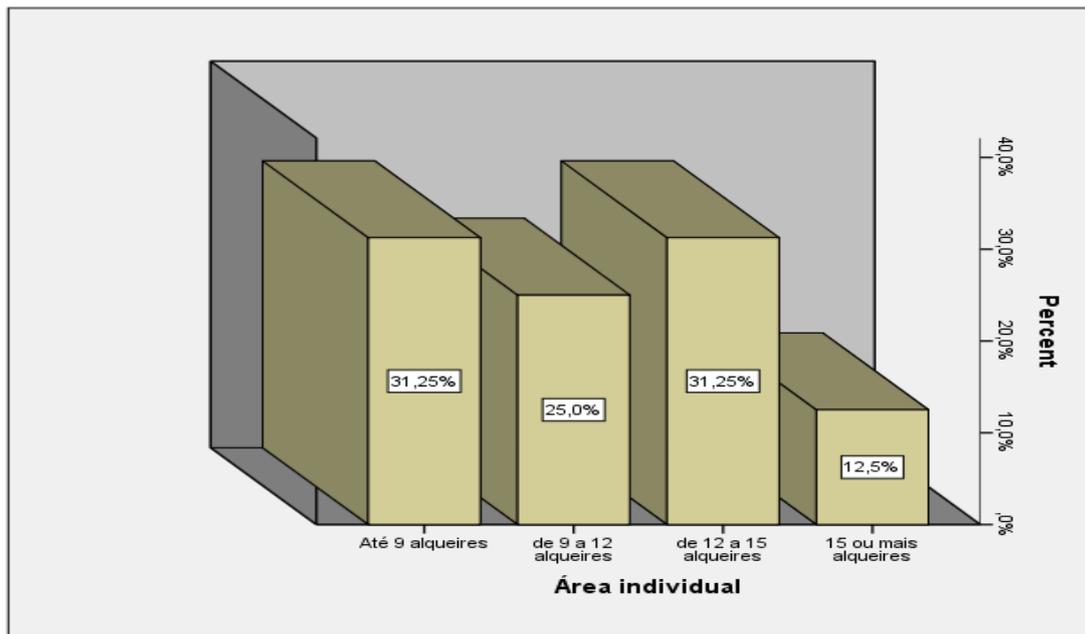
A divisão fordista do trabalho, ou mais recentemente a reorganização sob o paradigma do toyotismo e a acumulação flexível, embora se constitua como importante paradigma na interpretação do trabalho na sociedade capitalista, não é suficiente para interpretar o trabalho do camponês, inseridos, também, no modo de produção capitalista. O contexto de reestruturação do capital, do qual se destaca a precarização das relações de trabalho, torna-se também insuficiente para caracterizar o trabalho dos camponeses (GONÇALVES, 2013, p.13).

Esse critério da força de trabalho foi aceito pela Copel e segundo os entrevistados foi um bom critério, não provocando descontentamento entre os atingidos. De acordo com essas informações é possível perceber que o objetivo da Crabi foi de fazer com que os terrenos não apresentassem discrepâncias entre os

atingidos e possíveis descontentamentos por um ou outro ser beneficiado ou prejudicado.

Baseado nesses critérios acordados, as propriedades dos reassentados estão distribuídas conforme a figura seguinte.

Figura 19- Área das propriedades dos entrevistados de Nova União.



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

A disposição gráfica anterior (figura 18) reforça a informação de que as propriedades dos reassentados não apresentam diferenças significativas em termos de área. Essa ideia de que as áreas de terras dos reassentados não apresentassem muita dispersão foi uma conquista da Crabi junto à Copel e funcionou como balizador entre os beneficiados, na tentativa de direitos semelhantes para todos, bandeira erguida pelo movimento desde o início das lutas.

4.1 ATIVIDADES ECONÔMICAS E SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE NOVA UNIÃO

A discussão de sustentabilidade na atividade agrícola é tema recorrente, dado à importância do tema e da atividade. A comunidade Nova União é formada por agricultores reassentados que realizam atividades econômicas em suas propriedades voltadas basicamente para a produção de leite, soja e milho.

Nas atividades desenvolvidas pelos reassentados, buscamos identificar práticas sustentáveis como forma de resistência diante do agronegócio que comanda a produção agrícola na região Oeste do Paraná. Assim, procuramos caracterizar, inicialmente, o que seriam práticas sustentáveis diante da produção agrícola.

O termo sustentabilidade vem sendo amplamente discutido. Essa discussão acontece atualmente, mas ganha visibilidade notória há algumas décadas, principalmente após a Revolução Verde. A Revolução Verde começou em uma época em que ainda havia a livre troca de informações e tecnologias entre os diversos setores. Segundo Marcatto (2014):

A Revolução Verde se iniciou em uma época onde ainda havia livre troca de informações, tanto científicas quanto sobre processos produtivos, dentro e entre nações, envolvendo os setores público e privado. Os fatores limitantes da Revolução Verde não estavam relacionados com a falta de informações ou conhecimentos científicos, mas sim aos insumos (MARCATTO, 2014, p.3).

Vários fatores contribuíram para a disseminação do modelo de produção baseado na Revolução Verde. Primeiro o termo surgiu no contexto da “guerra fria” onde o planeta estava polarizado entre dois grupos políticos, os capitalistas, comandados pelos Estados Unidos da América e, os comunistas, comandado pela antiga União Soviética. Dentre os motivos da rápida disseminação do modelo, destacam-se os descritos por Deo (1990) *apud* Marcatto (2014):

...as nações desenvolvidas e as agências internacionais falsamente imaginaram que a instabilidade rural poderia ser controlada via o uso da produção de alimentos como uma nova arma (*new food weapon*). Sendo assim, as tecnologias da Revolução Verde poderiam ser utilizadas para: (1) conter os comunistas que estavam ativos no meio rural, explorando politicamente a escassez de alimentos; (2) absorver a super produção de alimentos dos países do norte, estabelecendo novos mercados e fazendo com que os países em desenvolvimento se tornassem dependentes das importações de alimentos; e (3) alimentar o contingente de pessoas que estavam migrando para as regiões urbanas, para trabalhar nas indústrias (MARCATTO, 2014, p.2)

Muitos países desenvolvidos investiram pesadamente no modelo de agricultura baseado na Revolução Verde, e, os países em desenvolvimento, contribuíram também para essa expansão. O Brasil investiu em centros de pesquisa e reformulou o currículo dos cursos de agronomia na década de 1960, tendo ainda,

vários professores universitários sendo enviados aos Estados Unidos da América, principalmente, para treinamento.

O governo brasileiro criou várias linhas de crédito para fomentar a modernização da agricultura. No Brasil, vivia-se no período de ditadura militar e essa modernização fazia parte da estratégia de crescimento e desenvolvimento do país.

As principais características da Revolução Verde são:

A Revolução Verde é baseada em tecnologias genéricas (fertilizantes químicos, máquinas, equipamentos, agrotóxicos e poucas espécies de plantas) que podem ser utilizadas em praticamente todos os lugares do mundo. Isso facilitou seu processo de difusão/adaptação, tornando possível a adoção quase imediata dessas tecnologias (MARCATTO, 2014, p.2)

Esse modelo de produção logo enfrentou duras críticas. Uma das principais foi feita por Raquel Carson em seu livro Primavera Silenciosa (*"Silent Spring"*), em que a autora retrata os principais riscos da utilização generalizada de insumos químicos/industriais na agricultura (MARCATTO, 2014).

A Revolução Verde estava baseada no princípio de ganho de escala, em que se precisa de uma quantidade mínima para a produção tornar-se viável e, quanto mais se produzia, menos custos proporcionais geraria a cada unidade produzida. Esse modelo de produção gera instabilidade econômica em comunidades de pequenos agricultores deslocando a mão de obra rural para as cidades a fim de atender as indústrias (MARCATTO, 2014).

Oposição a esse modelo de produção começam a surgir, principalmente na década de 1970, quando questionamentos sobre o uso de agrotóxicos, manejo inadequado dos solos e contaminação das águas tornam-se pauta. Estes questionamentos levantam questões como o risco a que as espécies animais e vegetais estavam expostas e, a própria espécie humana sendo colocada em risco.

O surgimento do conceito sustentabilidade aparece como uma alternativa ao modelo existente, buscando alternativas de produção adequadas a cada região e com a produção do menor impacto possível. Para Sachs (1990), sustentabilidade "constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão" (SACHS, 1990, p. 235).

De acordo com Marcatto (2014) vários autores conceituam o termo sustentabilidade. Para o autor:

A palavra sustentabilidade tem sua origem do Latim *sus-tenere* (Ehlers, 1996), que significa suportar ou manter. O conceito de Sustentabilidade, relacionado com o futuro da humanidade, foi usado pela primeira vez em 1972, no livro *Blueprint for Survival* (Kidd, 1992). No final dos anos 70, o termo incorporou dimensões econômicas e sociais, passando a ser globalmente utilizado (Ehlers, 1996) (MARCATTO, 2014, p.4).

A verificação da sustentabilidade de uma comunidade engloba vários fatores devido à complexidade do termo. Ser sustentável ou fazer parte da agricultura sustentável depende de muitas variáveis:

Sustentabilidade, bem como outros conceitos originários desse (Desenvolvimento Sustentável, Agricultura Sustentável), devem ser vistos como um conceito complexo e dinâmico, fortemente dependentes dos contextos nos quais são aplicados (Brown et al., 1987). Consequentemente, uma definição única, clara, precisa e internacionalmente aceita é impossível (Pretty, 1995) (MARCATTO, 2014, p.4).

Para Marcatto (2014), pode-se apontar uma agricultura que caminhe para o desenvolvimento sustentável se esta seguir alguns pressupostos. Na tabela seguinte estão organizados alguns desses pressupostos.

Tabela 4- Caminhos para uma agricultura sustentável

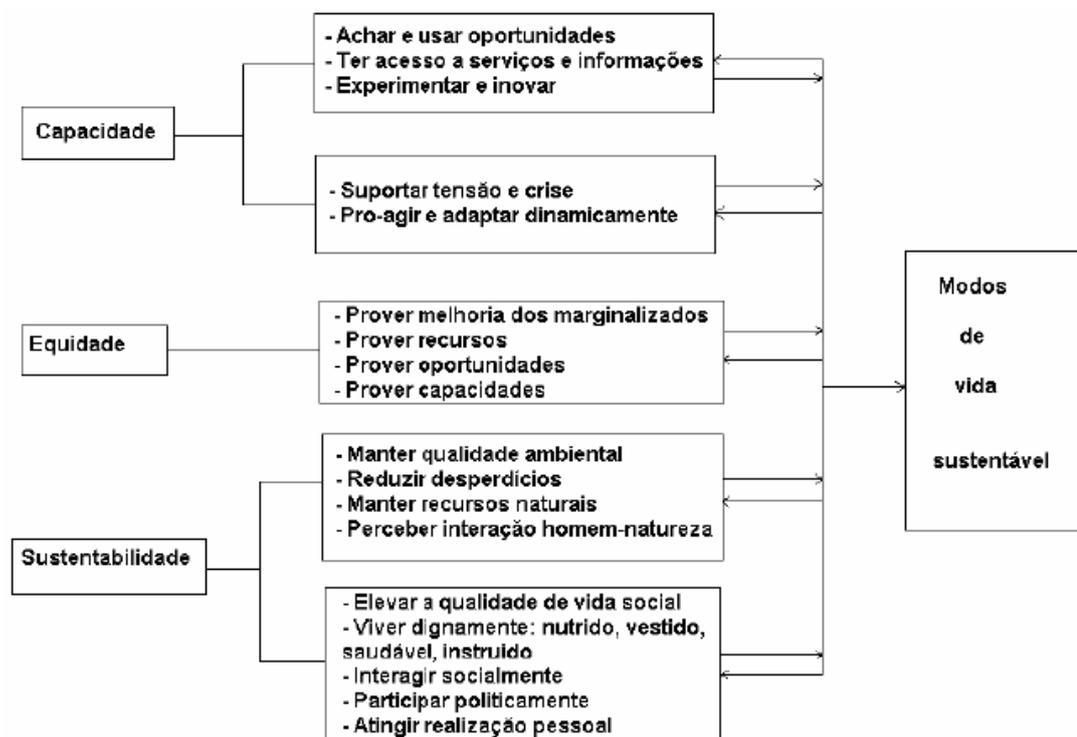
Produtiva	- Que mantenha e melhore os níveis de produção
Estável	- Que reduza os níveis de risco na produção
Ambientalmente sadia	- Que proteja e recupere os recursos naturais; atue no sentido de prevenir a degradação dos solos, preserve a biodiversidade e mantenha a qualidade da água e do ar
Viável	- Que seja economicamente viável
Igualitária	- Que assegure igual acesso ao solo, água, outros recursos, e produtos para todos os grupos sociais
Autônoma	- Que garanta a subsistência e autonomia de todos os grupos sociais envolvidos na produção
Participativa	- Que seja construída coletivamente, por um processo de compartilhamento de conhecimentos entre todos os envolvidos. Seja o resultado de um processo democrático e

	coletivo de aprendizado
Humana	- Que satisfaça as necessidades humanas básicas: alimentação, água, combustível, roupas, abrigo, dignidade e liberdade para ambas as gerações; as que vivem agora e as que estão por vir
Preserve a cultura local	- Que preserve a cultura das comunidades que criaram e preservam os recursos genéticos

Fonte: Elaborada pelo autor adaptada de MARCATTO (2014, pg.11)

Utilizou-se ainda das descrições de Bicalho (1998), nas quais o autor mostra alguns aspectos que devem ser levados em conta na operacionalização do desenvolvimento rural sustentável.

Figura 20- Operacionalização do desenvolvimento rural sustentável



Fonte: BICALHO (1998)

Segundo Bicalho (1998) o esquema acima representa:

A capacidade está relacionada às funções básicas das pessoas como nutrição adequada, vestimentas confortáveis e boa qualidade de vida. Esta qualidade de vida é entendida como a capacidade de o grupo

escolher e avaliar suas ações. A equidade refere-se à distribuição menos desigual dos bens, habilidades e oportunidades. Inclui também o fim da discriminação às mulheres e às minorias, além do fim da miséria rural ou urbana. E finalmente a sustentabilidade que está ligada à nova visão global acerca da poluição, desmatamento, super exploração de recursos não-renováveis, além da degradação ambiental (BICALHO, 1998, p.4).

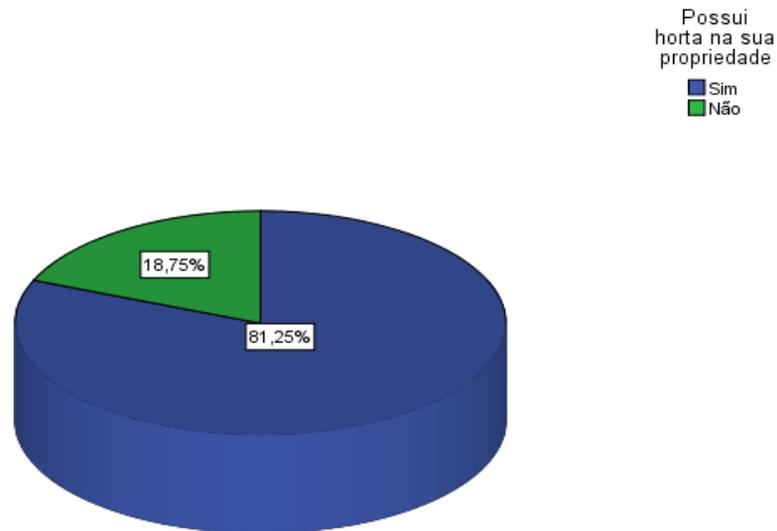
Nesse sentido, consideramos como sustentável, não somente as ligações com os recursos naturais (matas, água, solo), mas também a capacidade desses reassentados de continuarem realizando atividades em suas propriedades, que permitam a esses agricultores minimizarem a dependência extra-propriedade, tirando delas o seu sustento e de suas famílias e buscando, posteriormente, uma melhoria na qualidade de vida.

Consideramos em Nova União como atividades sustentáveis, a capacidade dos reassentados de manterem-se na propriedade, e dela, conseguirem condições de manutenção da família sem que seus membros precisem realizar atividades fora da propriedade para subsistência. Consideramos ainda como práticas sustentáveis a conservação de horta orgânica, mesmo essa servindo apenas à própria família do reassentado. Serão aqui considerados a arborização como indício de sustentabilidade, pois o fato de existir uma reserva de mata comum a todos os reassentados a fim de cumprir a legislação ambiental, teoricamente desobrigaria o reassentado a plantar árvores em sua propriedade.

Nesse aspecto de sustentabilidade, verificou-se que, as famílias entrevistadas, atualmente (2014), conseguem através da sua propriedade garantir renda para a família. Constatamos também que a atividade voltada para a produção de leite tem papel importante nesse contexto, devido ao fato das propriedades apresentarem área inferior a 20 alqueires paulistas e, essa atividade não demandar grandes extensões de área para serem desenvolvidas.

Verificamos, então, que 81,25% dos agricultores de Nova União mantêm em suas propriedades a horta própria que serve para a alimentação da família. O entrevistado P10 inclusive produz excedente para vender no comércio de Cascavel. Essas atitudes sustentáveis, demonstradas através da manutenção da horta, conservam as características produtivas de antes da mudança para Nova União, quando geralmente produziam os itens agrícolas de subsistência com pouco ou nenhum agrotóxico.

Figura 21- Famílias que possuem horta na propriedade



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Nessas hortas, os reassentados plantam os principais tipos de verduras e legumes: alface, almeirão, tomate, repolho, cheiro verde, pepino e abóboras. Esses itens melhoram a qualidade da alimentação e diminuem gastos com a compra desses alimentos. Nelas, produzem alimentos sem o uso de adubos químicos. Utilizam resto de silagem e compostagem além de esterco bovino para adubar os canteiros. O entrevistado P10 diz que “as verduras e legumes são mais saudáveis quando plantadas dessa maneira, isso ajuda a nossa saúde” (informação verbal).

Obtivemos um relato de tentativa de produção da soja orgânica em uma propriedade. Segundo P15 “plantei soja orgânica um ano, mas é difícil encontrar tudo o que a gente precisa. Tinha uma pessoa que me fornecia a semente, só que começou cobrar muito caro aí desisti e também era muito trabalhoso” (informação verbal).

A arborização também foi um elemento de preocupação dos agricultores, pois o terreno do reassentamento era uma fazenda e, com exceção da reserva legal localizada distante das moradias, não havia árvores na propriedade. O agricultor P12 demonstrou preocupação com a falta de árvores na propriedade. Segundo P12

“as árvores servem não só para sombra, mas também para proteger contra o vento, pois nessa região venta muito”.

Todos os entrevistados plantaram árvores em suas propriedades. Os nomes mais citados foram: eucaliptos, ipês, chorão, angico, grevilea, araucária e frutíferas. Essas árvores servirão para barreiras de vento e algumas delas para madeira de uso na propriedade, como por exemplo, para ampliação de cercas para os animais.

Os agricultores ainda fizeram referência à qualidade de vida que podem oferecer às suas famílias. Segundo a agricultora P9 “hoje podemos ter tranquilidade de que, se a família precisar de alguma coisa tipo: roupas, materiais escolares, saúde ou até uma faculdade, hoje temos condições de pagar com nosso trabalho” (informação verbal).

Indagamos os reassentados sobre a dependência da propriedade em relação às atividades agrícolas que realizam, ou seja, de onde vem a semente, a adubação e como são realizadas as manutenções de limpeza do plantio. Nesse sentido, quatro agricultores usam o esterco bovino como reaproveitamento na propriedade para a lavoura de milho e soja, principalmente, sendo que os demais itens: sementes, herbicidas, inseticidas, adubos químicos e medicamentos são oriundos de fora da propriedade.

Quanto ao uso de agroquímicos, os agricultores dizem seguir orientação dos extencionistas ligados a cooperativas, agropecuárias e laticínios da região que visitam as propriedades com frequência. O principal agroquímico citado foi o *Roundup* (glifosato) devido à utilização de sementes transgênicas. O reassentado P15 usou a seguinte frase: “as empresas nos processam se souberem que utilizamos outro tipo de semente” (informação verbal), quando perguntado sobre as sementes crioulas.

Essa subordinação, principalmente às multinacionais é o reflexo da modernização da agricultura que torna o agricultor refém de patentes, em que os detentores, geralmente, são grandes empresas multinacionais. Essas empresas determinam época de plantio, quantidade de agrotóxico a ser usado e, ainda, o agricultor precisa pagar *royalties*. Segundo Kageyama (2004) essas transformações no meio rural aparecem porque:

O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a

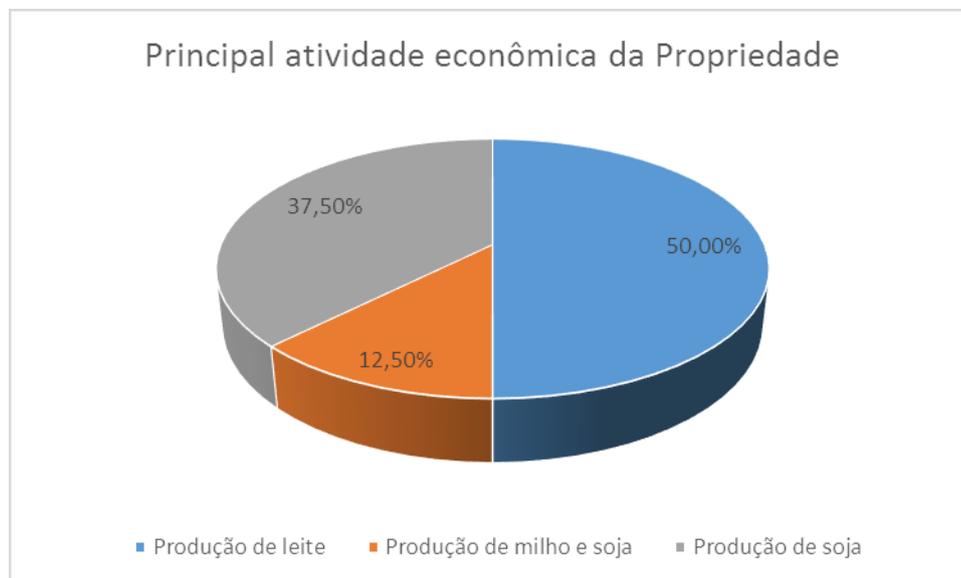
agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo (KAGEYAMA, 2004, p.384).

Ao avaliarmos a situação do reassentados de Nova União, verificamos práticas distintas das descritas pela autora. Isso porque as famílias recorrem às trocas de horas para realizarem atividades que necessitam maior volume de mão-de-obra.

Além disso, o fato de pequenas propriedades continuarem pequenas com alternativas, tanto para o crédito como para as práticas, voltadas para esse tipo de atividade, faz com que o pequeno agricultor consiga, através de suas práticas, sobreviver de forma digna em pequenos lotes de terra, e, destes lotes, retirar o sustento de seus familiares sem para isso, ser um grande latifundiário.

Os agricultores que têm como principal atividade econômica a produção de leite, recebem acompanhamento das empresas que recolhem a produção (laticínios) e, estas empresas, também oferecem convites para visitas técnicas e palestras sobre a atividade. A principal atividade econômica da propriedade de 50% dos entrevistados é a produção de leite (figura seguinte), porém, essa atividade tem sido prejudicada em períodos de chuva devido à qualidade das estradas.

Figura 23- Principal atividade econômica da propriedade



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Das atividades econômicas realizadas pelos reassentados de Nova União, destacou-se a produção de leite. O município de Cascavel no Paraná em 2008,

segundo a FAEP- Federação da Agricultura do Estado do Paraná em seu boletim nº 997, era o quarto maior produtor de leite da região Oeste do Paraná.

Figura 22- Municípios produtores de leite do Oeste do Paraná (2008)



FONTE: Elaborado pelo autor com dados da FAEP (2008).

O quarto lugar de Cascavel na produção leiteira, mesmo com um baixo índice de população rural, 5,64% da população total do município, tem concentração importante do quantitativo produzido, ligado ao reassentamento.

Essa especialização da agricultura pode ser perigosa conforme Saco Dos Anjos (2003) *apud* Kageyama (2004, p.385) ao dizer que:

O crucial é que a especialização produtiva conduz à instabilidade e dependência exclusiva a uma única fonte de ingresso, o exercício de múltiplas atividades simultaneamente permite um maior grau de autonomia e uma ocupação plena da força de trabalho do grupo doméstico. (SACO DOS ANJOS, 2003, p. 76).

A especialização preocupa, pois, torna o agricultor mais suscetível as intempéries do mercado, tornando sua atividade altamente dependente de um determinado segmento de mercado que na maioria das vezes são multinacionais. Nessa mesma linha, Kageyama (2004) entende que:

Essa conclusão sugere que as regiões mais produtivas do estado tenderam a se especializar em uma ou poucas culturas “modernas” – leia-se grandes consumidoras de agrotóxicos e/ou poluidoras do ar e/ou

empobrecedoras do solo. Inversamente, é possível admitir – com as limitações que isso venha a ter – que nas regiões de produção mais diversificada os desequilíbrios ambientais tendam a ser menores (KAGEYAMA, 2004, p.396).

Para a autora, esses agricultores têm realizado práticas que não se enquadram com os perfis de sustentabilidade, aliando dependência de grandes indústrias com práticas desaconselhadas para se ter uma agricultura sustentável.

Então, encontramos em Nova União, algo diferenciado no campo brasileiro? Ou apenas resistência ao modelo capitalista de produção em que o trabalhador que realizar alguma atividade fora de sua propriedade deveria receber salário. Sabemos que os trabalhos conjuntos, mutirões e atividades de vizinhança seguem acontecendo nesta comunidade.

Encontramos em Nova União, práticas voltadas para o interior da propriedade, sendo que essas apresentam-se como suficientes para a permanência dos reassentados em suas terras. A renda que o agricultor consegue com suas atividades econômicas tem sido atualmente (2014) suficiente para sua subsistência, podendo esses, garantir qualidade de vida para toda a família.

Verificou-se que as práticas de complemento de renda, normalmente através de emprego assalariado, obtiveram duas respostas positivas, quanto à colaboração entre os vizinhos. Cabe esclarecer que foram em 3,2% das propriedades, com mais de dois moradores dividindo o mesmo espaço (filhos), que relataram essa prática.

Tabela 5- Atividades dos reassentados fora da propriedade

Atividades fora da propriedade	Respostas		% por casos
	Quantidades	Porcentagem	
Emprego na cidade	2	10,50%	15,40%
Silagem p/ vizinhos	12	63,20%	92,30%
Plantio p/ vizinhos	3	15,80%	23,10%
Colheita p/ vizinhos	2	10,50%	15,40%
Total	19	100,00%	146,20%

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Em ambas, a atividade econômica da propriedade era o plantio de milho e soja. Como os processos produtivos, em relação a essa cultura, tornaram-se dependente de pouca mão-de-obra (equipamentos e agrotóxicos), acaba sobrando

tempo para que dois desses filhos se envolvam em atividades econômicas fora da propriedade (cidade).

Mesmo assim, os entrevistados fizeram questão de esclarecer que esse emprego na cidade não teve relação com insuficiência de renda na propriedade, e sim, excesso de mão-de-obra.

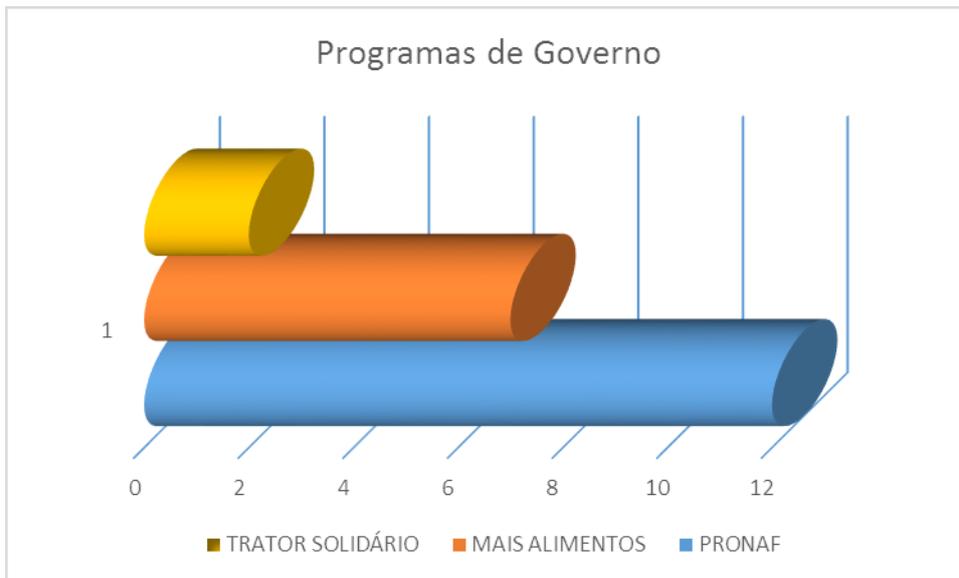
Os dados descritos na tabela anterior (tabela 5), demonstram que existe uma concentração das atividades na propriedade e que as exceções ocorrem sazonalmente em períodos que determinadas atividades (silagem principalmente) exigem um contingente maior de pessoas e máquinas, pois o ciclo desta atividade é curto. O pagamento desse tipo de atividade é o compromisso de ajudar nas outras propriedades, a qual os reassentados chamam de troca de horas.

Embora quase a totalidade dos entrevistados possua os maquinários para a sua produção, esse tipo de atividade acelera o processo e contribui para a organização da comunidade, mantendo ainda, traços das atividades conjuntas que realizavam antes de serem atingidos pela usina.

Os agricultores de Nova União acessam políticas públicas, principalmente os programas de “crédito do governo”. Muitos desses programas são acessados através da Cooperativa de Crédito Solidário – CRESOL e são usados para realizar as safras (custeio) e investimentos na propriedade. Porém, esses acessos têm se tornado cada vez mais difíceis.

Segundo P9, essa dificuldade está relacionada à falta de documentação, pois os reassentados têm a escritura, mas ainda não possuem o registro da terra. Esse documento deveria ser fornecido pela Copel, mas até maio de 2014 ainda não havia sido entregue. Segundo P9, “isso ainda não impede de pegar o Pronaf, mas, já está demorando mais para sair” (informação verbal). O agricultor P7 disse que “se precisar vamos nos mobilizar e protestar novamente na Copel por essa documentação, conforme o acordo o tempo está praticamente esgotado” (informação verbal).

Figura 23- Quantidade de propriedades que acessam programas de crédito do governo



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Esses programas, principalmente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, sobre o qual não entraremos em detalhes pois não é o objeto deste trabalho, é administrado pela Secretaria de Agricultura Familiar – SAF, recebeu críticas de Sabourin (2007). Para o autor:

o debate gira em torno de duas teses, ao meu ver redutoras, parciais e que ignoram alternativas vivas existentes país adentro. Uma tese passa pela promoção de um agricultor familiar inovador e pequeno empresário, cada vez mais integrado ao mercado internacional ou a nichos de mercados segmentados por meio da qualificação dos produtos. A outra tese considera que o desenvolvimento do capitalismo agrícola e o grau de globalização da agricultura brasileira tornaram-se tais que a solução da reforma agrária e do apoio à agricultura camponesa está superada, tanto do ponto de vista dos interesses da burguesia capitalista como das forças produtivas. Nunca permitirá a instalação de pequenos produtores competitivos, porém pode se justificar como política social de combate à pobreza, de re-socialização das populações rurais desarraigadas ou excluídas do campo pela modernização da agricultura (SABOURIN, 2007, p.717).

Sabourin (2007) argumenta que esse tipo de programa, embora tenha aumentado o crédito, não passa de práticas neoliberais, parecidas com o *agribusiness* americano, não servindo como propósito de manutenção e sustentabilidade nas pequenas propriedades, sendo usado apenas como argumento de manutenção de políticas para o setor.

Embora entendamos que precisa ser feito mais, não se pode desprezar o que se tem. Os agricultores lutaram para terem acesso a esse tipo de programa. Há

uma década, primeiro atendia-se os grandes produtores, depois os médios produtores e finalmente, caso sobrasse algum dinheiro, os pequenos agricultores eram atendidos e, na maioria das vezes, precisavam se organizar em grupos para conseguir acesso ao crédito. Atualmente (2014), a agricultura familiar tem linhas exclusivas de crédito e o acesso tornou-se facilitado.

Segundo o autor, ainda, a agricultura familiar e camponesa é muito mais importante do que os números apresentados:

A agricultura familiar e camponesa está presente em todas as grandes produções destinadas ao mercado interno ou à exportação: contribui com dois terços da produção de tubérculos e de leite, um terço da produção de soja, 20% da de carne bovina e as frutas, o fumo, a laranja, o cacau, a pimenta-do-reino são também produções camponesas no Brasil. A produção dos estabelecimentos onde o trabalho assalariado domina apenas ganha para a cana-de-açúcar, a soja, o arroz e a pecuária bovina (SABOURIN, 2007, p. 719).

A crítica do autor à baixa eficiência do programa, é sustentada pelo fato de a agricultura familiar e camponesa assegurar 40% do Produto Interno Bruto – PIB agrícola, quando só tem acesso a 25% das terras e dos financiamentos.

Quanto ao uso das terras dos reassentados, destinam-se basicamente à produção da soja e do milho, além do espaço destinado ao gado de leite. A cultura de milho nas propriedades que trabalham com gado de leite serve basicamente para a silagem e o excedente é vendido no comércio de Cascavel ou, em algumas situações, para os próprios vizinhos. São realizadas as rotações de cultura para aproveitamento do solo e, o plantio de aveia foi citado como uma forma de recuperar o solo, além de servir de alimento para o gado.

Quanto à produção de subsistência e acessória, destacamos o plantio de mandioca que, embora ocupe pouca área, serve para alimentação da família e também dos animais. Os plantios da batata doce, abóboras e morangas foram percebidos nas propriedades. Pequenos plantios de alho, tomates e cebolas puderam ser verificados *in loco* durante as visitas à propriedade.

Verificou-se também, pequenos plantios de cana-de-açúcar utilizados para complementar a alimentação de animais. Esse hábito de realizar cultivos de pequenas partes da propriedade com o objetivo de abastecer a mesa do produtor, e outras destinadas à complementação alimentar dos animais, é uma evidência de

que as práticas que realizavam nas propriedades anteriores à Nova União resistem ao tempo e às mudanças.

O uso das terras no reassentamento, inicialmente foi pensado de forma a garantir que o agricultor realizasse práticas econômicas parecidas com as realizadas anteriormente no antigo município. Porém, ao menos em Nova União isso acabou não acontecendo. Siliprandi (2009), que estudou o reassentamento São Francisco de Assis, onde Nova União se encontra, diz que no início pensou-se o seguinte:

Para substituir o uso de agrotóxicos e adubos químicos por práticas de manejo de solo e água, pragas e doenças, através de tecnologias alternativas apropriadas ao desenvolvimento da agricultura orgânica, foi pensado e proposto o Projeto de Produção Vegetal. Como a produção animal depende da produção vegetal, ou seja, os animais necessitam de proteínas vegetais para transformar em carne, leite, ovos, entre outros, a interação das produções vegetal e animal é de grande importância no processo de estruturação das unidades de produção agroecológicas (SILIPRANDI, 2009, p.112).

Porém, as contradições começaram aparecer. No trabalho de Siliprandi (2009) e Pagliarini (2009), ambos apontam as possíveis causas de resistência em manter atividades agroecológicas, declaradas pelos reassentados, relacionando a falta de tempo e mão-de-obra para fazê-la.

A atual situação dos agricultores demonstra que não dispõem de tempo suficiente, de contingente familiar, de mão de obra disponível para a contratação, nem vontade de ficar horas retirando, na enxada, o mato do meio das plantações, possivelmente por trazer lembranças das dificuldades na antiga terra (SILIPRANDI, 2009, p.130).

Os reassentados acabaram sendo atraídos para o sistema do agronegócio que visa a maximização da produção e o mínimo envolvimento possível de pessoal. Porém, com mudanças nas práticas, poder-se-ia agregar mais valor a atividade econômica da propriedade. Siliprandi (2009), obteve depoimento de um reassentado de São Francisco de Assis que diz:

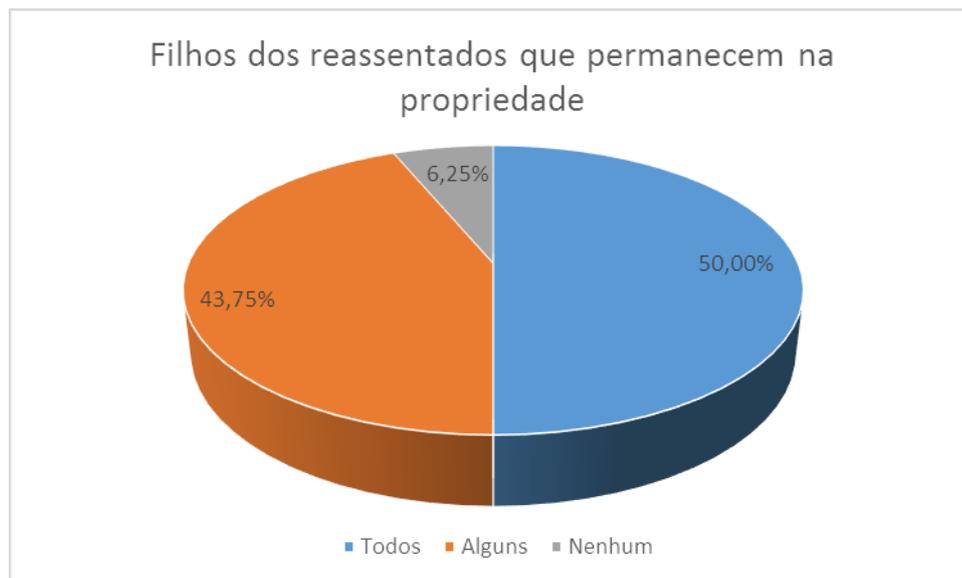
Primeiro, as pessoas vieram de um lugar onde sofreram muito, tinha que arar de boi, fazer não sei o que, então assim, as pessoas queriam mudar de vida também do ponto de vista do sofrimento, entende? Então para utilizar, nem sempre as tecnologias estão a serviço que não estejam no pacote. Então para fazer a agricultura agroecológica você precisa, tem que ter outras práticas, nem sempre você tem equipamentos adequados para isso, para fazer esta outra prática (SILIPRANDI, 2009, p.144).

Esse depoimento demonstra que as práticas agroecológicas ainda são ignoradas do ponto de vista produtivo. Como parte dos reassentados eram arrendatários e pessoas que recebiam um pedaço de terra para realizarem suas atividades e conseguirem o sustento de sua família, sentiam-se incomodados com pessoas dizendo a elas o que fazer e como fazer.

Durante as falas dos entrevistados arrendatários verificaram-se expressões dos reassentados do tipo “agora a terra é minha, eu decido o que fazer com ela”. A oportunidade de tomar as próprias decisões foi um fator negativo na direção das práticas agroecológicas.

Ao que se refere aos filhos dos reassentados de Nova União sobre estarem ou não morando e desenvolvendo atividades econômicas na propriedade dos pais, observou-se o seguinte:

Figura 24- Permanência dos filhos na propriedade dos pais



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Constatamos que os filhos encontram-se em idades de 7 a 35 anos, pois parte deles havia se encaixado no quesito “força de trabalho” por ocasião do cadastro. Esses filhos permanecem, em parte, vivendo na propriedade com os pais, auxiliando na atividade desenvolvida na propriedade. Esse indicativo demonstra que, mesmo se tratando de pequenas propriedades, estas são capazes de comportar a família e, assim, dela possam auferir sua renda. Silva (2010) ao se referir ao jovem que habita no meio rural diz que:

Por mais que os jovens digam gostar do sítio (meio rural), eles avaliam que a penosidade do trabalho na agricultura, as inconstâncias do clima, que por vezes causa prejuízos às lavouras, e a baixa renda obtida no trabalho não permitem a permanência no campo. Assim são marcados por uma vontade de querer, que, todavia não se revela como poder, visto que, em última instância, resta-lhes apenas a possibilidade de partir, mesmo que continue acalentando o sonho de ficar. (SILVA, 2010, p.4)

Assim, existe uma pré-disposição para que os jovens deixem a propriedade dos pais como uma forma de passagem para a vida adulta. Porém, observamos na comunidade em questão que os filhos dos reassentados permanecem, em parte, nas propriedades.

A partir dessas informações, cruzamos os dados das atividades econômicas com as respostas da permanência dos filhos na propriedade a fim de compreender a ligação da atividade com o contingente de mão-de-obra empregada na atividade desenvolvida na propriedade. Os dados foram apresentados na tabela seguinte (tabela 6) em forma de referência cruzada.

Tabela 6 - Referência cruzada entre atividade da propriedade e permanência dos filhos

			Filhos permanecem na propriedade			Total
			Todos	Uma parte deles	Nenhum deles	
Principal atividade econômica da atual propriedade	Plantio de Soja	Nº	2	3	1	6
		% do Total	12,5%	18,8%	6,2%	37,5%
	Plantio de milho/soja	Nº	1	1	0	2
		% do Total	6,2%	6,2%	0,0%	12,5%
	Produção de leite	Nº	4	4	0	8
		% do Total	25,0%	25,0%	0,0%	50,0%
Total			7	8	1	16
Total %			43,8%	50,0%	6,2%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Na tabela anterior foi possível verificar a presença dos filhos na atividade econômica principal da propriedade. Embora as propriedades não apresentem uma área muito extensa, ela possibilita a permanência dos filhos trabalhando e gerando renda, sem precisar buscar trabalho fora da propriedade.

Constatamos que a atividade de produção de leite contribuiu para a permanência dos filhos na propriedade, e, mesmo a comunidade conservando atitudes de resistência para garantir a sobrevivência da atividade camponesa, sofre com a expansão do capital que avança e pressiona esses camponeses diariamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi problematizar as conquistas e perdas de reassentados da comunidade Nova União destacando-se a infraestrutura do lugar onde moravam antes da usina Salto Caxias expulsá-los de seu território com o represamento das águas do Rio Iguaçu e, a atual condição com a vinda para o interior de Cascavel/PR.

O desafio de mensurar e interpretar as conquistas e perdas alinhavadas por um contexto de lutas e incertezas enfrentadas pelas famílias, tornou esse trabalho um desafio para o pesquisador.

Buscou-se compreender os fatos vividos por pessoas que enfrentaram o Estado representado pela Copel, empresa responsável pela construção da usina, tendo como armas a organização, representado aqui pela Crabi, e coragem de enfrentar aqueles que estavam a expulsá-los de suas terras.

Esses enfrentamentos, embora não tenham evitado a construção da usina, garantiu aos atingidos um pouco de dignidade através das indenizações e reassentamentos negociados pela Crabi, permitindo que parte dos atingidos pudessem permanecer na atividade agrícola, pois era essa sua condição antes de serem atingidos. Essas são conquistas, num contexto de perdas.

As conquistas definidas por esse trabalho ficaram a cargo da terra, infraestrutura, custeio financeiro e reconstrução de centros de convivência comum. As perdas ficaram por conta do rompimento dos laços afetivos, de parentesco, de relações econômicas, além dos aspectos relacionados às paisagens e objetos circundantes ao *hábitat* anterior à usina e às atividades de subsistência que sofreram mudanças importantes.

Em relação às práticas econômicas existe contradição, pois os reassentados vieram de uma condição na qual produziam basicamente para subsistência, vendendo apenas pouco excedente para adquirir itens não produzidos na propriedade em que desenvolviam suas atividades. Agora, produzem basicamente para atender o mercado, envoltos em práticas totalmente características do modelo empregado pelo capital.

Em relação à conquista da terra, para parte dos moradores entrevistados foi uma conquista que permitiu a libertação da condição de arrendatário, fazendo com que essas pessoas finalmente conseguissem um terreno próprio para que pudessem realizar neles atividades de subsistência sem precisar ceder parte da produção para terceiros (pagamento de renda). Para os pequenos proprietários as melhorias ficaram por conta da valorização da propriedade e aumento da área relativa.

A conquista da infraestrutura no terreno e no entorno, composta de casa de alvenaria, barracão, água encanada, escola, posto de saúde, igreja para prática religiosa e barracão comunitário, permitiu que os reassentados pudessem iniciar suas atividades na nova propriedade tendo essa infraestrutura como amparo.

A ajuda financeira fornecida durante um ano, com valores não inferiores a um salário mínimo da época, para cada família, variando de acordo com o número de pessoas da família, permitiu que os reassentados pudessem se manter na propriedade até que as atividades econômicas destas fossem realizadas gerando renda para as famílias. Como tratava-se de pessoas que lidavam com rendas baixas, as sobras deste valor mensal não consumidas com suprimentos, permitiu que pudessem comprar alguns utensílios domésticos.

O centro de convivência (núcleo da comunidade), embora tenha sido apenas uma tentativa de substituir o que tinham na antiga comunidade, foi tratado, neste trabalho, como conquista, pois reproduziu a ideia de comunidade e ajudou a manter os moradores, seja através de orações, seja através dos encontros para reuniões, unidos e com perspectivas de retomar a nova condição. Saliemos, contudo, que essas conquistas foram arrancadas a partir de muita luta no movimento social Crabi, contra o Estado, representado na ocasião pela Copel. Essas conquistas foram suficientes para a manutenção de parte dos atingidos na agricultura, pois eram essas suas atividades econômicas antes da construção da usina.

As perdas foram lidas nas entrelinhas das entrevistas, principalmente relacionadas aos laços de parentescos e amizades. O reassentamento, mesmo sendo uma conquista, provocou distanciamentos. Muitos parentes e amigos ficaram no município onde moravam, pois não foram atingidos. Mesmo alguns indenizados acabaram indo morar em reassentamentos diferentes em outras regiões.

Nesse contexto, ainda verificamos perdas na organização produtiva que atualmente encontra-se voltada para o agronegócio, empurrando o pequeno produtor para a marginalidade da agricultura, cercado-o por todos os lados com

práticas, pouco, ou na maioria das vezes, nada sustentáveis, através do uso excessivo de agrotóxicos, sementes transgênicas e dependência excessiva de elementos externos à propriedade.

Contudo, cabe aqui lembrar a forma como esses agricultores enfrentam esse novo panorama agrícola, ora negociando com o capital através de aquisição de equipamentos modernos de acordo com suas atividades, ora resistindo em práticas que por muito tempo garantiram a sobrevivência do pequeno agricultor como forma de resistência. Citamos aqui como formas de resistência as práticas de parentesco, compadrio, vizinhança e mutirão na produção de silagem e plantio.

Verificamos ainda, algumas ameaças em relação às práticas desenvolvidas em Nova União. Dentre elas, a não utilização de uma agricultura diversificada. Essa característica de agricultura dicotômica (milho/soja) ou mesmo a concentração na atividade leiteira, pode comprometer a sustentabilidade, principalmente econômica, das propriedades.

Quanto às oportunidades, o potencial de produção de leite *in natura*, poderia ser melhor aproveitado através da criação de agroindústrias capazes de transformar esse produto antes dele chegar ao mercado consumidor. Além disso, os entrevistados não mencionaram participar de programas de governo voltados à compra de produtos agrícolas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, sendo os citados uma oportunidade para diversificar a produção e auferir renda.

Portanto, seja com atitudes pouco sustentáveis, seja com demonstrações de resistência que marcaram e marcam a qualidade do pequeno agricultor, o caso é que são pessoas suscetíveis de mudanças. Provaram isso ao se organizar e enfrentar o Estado, como fizeram com a criação da Crabi. Demonstram ainda ser possível, com um trabalho de conscientização feito principalmente através de parcerias com entidades, universidades e órgãos públicos, tornar esse ambiente que representa a condição de subsistência desses agricultores, um lugar cada vez mais sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, José dos; LEITÃO, Leonardo. **Etnodesenvolvimento e mediações político-culturais no mundo rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ARAÚJO, João Lizardo Rodrigues Hermes de. OLIVEIRA, Adilson. **Política Energética Brasileira: Mudança de Rumo?** In: Colóquio Internacional “Energia, Reformas Institucionales y Desarrollo em América Latina”, Universidad Nacional Autónoma do México – Université PMF de Grenoble, México, D.F., 5-7 noviembre, 2003.

BALDIN, Nelma. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. In: X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. I Seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação – SIRSSE. Curitiba, 7 a 10 de novembro de 2011.

BETTO, Frei. **O que é COMUNIDADE ECLESIAI DE BASE**. Disponível em <<http://servicioskoinonia.org/biblioteca/pastoral/BettoOQueECEB.pdf>> acesso em: 14 de abril de 2014.

BICALHO. A. M. de S. M. **Desenvolvimento rural sustentável e geografia agrária**. In: XII Encontro Nacional de Geografia Agrária. 8, 1998.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Editora Duas Cidades. 2ª Edição. 1971.

Companhia Paranaense de Energia–COPEL. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/index.jsp>>. Acesso em março de 2014.

DERROSSO, Giuliano. **O papel da Crabi no assentamento dos ribeirinhos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias no estado do Paraná**. Rio de Janeiro. Jan/fev. 2013. Rev. Adm. Pública. pp.133-155 .

DHESCA. **Plataforma Brasileira dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais**. Disponível em: < <http://www.dhescbrasil.org.br/>> Acesso em janeiro de 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 439-455. ISSN 0103-4979.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico município de Cascavel**. Dezembro de 2013. 35pg.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: conceito e medida**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004

KUMMER, L. **Metodologia Participativa no Meio Rural: uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências**. Salvador, 2007 p9.

MAB. **Coletivo de Educação do MAB: Textos de aprofundamento e debate**. Distrito Federal. ANAB/junho de 2008.

MAB. **Movimento de Atingidos por Barragens**. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/glossario/atingido-e-atingida-por-barragem>>. Acesso em dezembro de 2013.

MARCATTO, Celso. **Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios**. Disponível em: < http://www.redeambiente.org.br/Artigos.asp?id_dir=6 >. Acesso em: 20 jul. 2014.

MARONI, João. **Projeto águas do amanhã**. Disponível em: <<http://www.grpcom.com.br/grpcom/projetos/projetos-aguas-do-amanha-alerta-sobre-poluicao-do-rio-iguacu.html>> Acesso em: 12 de abril de 2014.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares**. *Estud. av.* [online]. 2000, vol.14, n.38, pp. 268-278. ISSN 0103-4014.

MARTINS. José de Souza. Prefácio. In: ESTERCI, Neide. **Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre as práticas da Igreja Popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1984.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney and TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. *Lua Nova* [online]. 2009, n.76, pp. 11-48. ISSN 0102-6445.

MENEZES, Eder. **A luta pela terra contra a força das águas: a ação dos atingidos (as) pela construção da barragem de Salto Caxias**. Niterói, 2003. 145 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

NGUIRAZE, André Camanguira; AIRES, Jussara Danielle Martins. **Moçambique: processos de participação das comunidades rurais no desenvolvimento local**. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n. 1, p. 30-65, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PAGLIARINI JUNIOR, Jorge. **Memória de luta, lutas pela memória: o reassentamento São Francisco de Assis**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009.153 p. Dissertação de Mestrado em História.

PORTZ, Gilberto Pedro. **A atividade leiteira na pequena propriedade no município de Entre Rios do Oeste/PR**. 2010. 58p. Monografia (Graduação em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Candido Rondon.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto: Vozes na construção de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste. 2002. 116 p.

RIMA – **Relatório de Impacto Ambiental – Usina Hidrelétrica de Salto Caxias**. Curitiba, 1993.

ROOS, Djoni. **O aprendizado e a resistência camponesa nos acampamentos e assentamentos de sem-terra em Quedas do Iguaçu/PR**. 2010. 181 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão.

ROSA, Mirian, BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **A luta dos movimentos sociais do campo e as demandas por educação**. UFSCAR. 2009. Disponível em: <www.semgepec.ufscar.br/trabalhos/eixo-1/mirian-rosa> Acesso em: 13 de agosto de 2012.

SABOURIN, Eric Pierre. **Será que existem camponeses no Brasil?** CIRAD – UNB-CDS , Brasília – DF. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/493.pdf>> Acesso em: 29 de abril de 2014.

SABOURIN, Eric. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?** Soc. estado. [online]. 2007, vol.22, n.3, pp. 715-751. ISSN 0102-6992.

SACHS, Ignacy. **Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas**. Los casos de India y Brasil. Pensamiento Iberoamericano 46, 1990. p. 235-256.

SCHERER–WAREN. Ilse. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. Historia. Debates e tendências. Vol.7 n.1.jan/jun 2007. p.9-21. publ. no 2º sem.2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Soc. estado. [online]. 2006, vol.21, n.1, pp. 109-130. ISSN 0102-6992.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana- CDDPH. Comissão especial. Resolução nº 26 de 15 de agosto de 2006**. Brasília – Distrito Federal.

SILIPRANDI, Maria Emília Meira Lima. **Modos de vida: organização social e práticas políticas dos agricultores do reassentamento São Francisco de Assis**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009.199 p. Dissertação de Mestrado em História.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. Revista Nova Economia. Belo Horizonte. 7(1): 43-81 (maio de 1997).

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense (4ª edição), 1981.

TEMPS. Renata Leatriz de Campos. **Resistir x Desistir: um estudo sobre os atingidos por barragens da Usina Mauá/PR**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.100p. (Dissertação de Mestrado)

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 210 p.

TOURAINÉ, Alain. **Na fronteira dos movimentos sociais**. Translated by Ana Liési Thurler. *Soc. estado*. [online]. 2006, vol.21, n.1, pp. 17-28. ISSN 0102-6992.

VITORINO, Artur José Renda. **Nota sobre a teoria de formação de classe de E P Thompson**. *Historia Social* Campinas-SP. 1997/1998, vol.4/5, pp. 157-173. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/106/114> > Acesso em: 27 de janeiro de 2014.

ANEXO



1

Entrevista com o a família moradora da comunidade Nova União - Reassentamento São Francisco - Cascavel - PR

FAMÍLIA: _____.

QUESTIONAMENTOS SOBRE O PRÉ REASSENTAMENTO

Quem participou da entrevista () homem () mulher () O casal

1-Município e comunidade antes do reassentamento

2-Já possuía terra, ou exercia atividade em alguma propriedade como arrendatário, meeiro ou outros ?

3-O que produzia:

4-Principal fonte de renda da família antes do reassentamento:

5-Posses antes do reassentamento (maquinários, infraestrutura, propriedade(s), veículos e outros)

6-Grau instrução (homem) _____ (mulher) _____

Número de filhos (antes do reassentamento):

7-Renda monetária bruta da família (ano) _____

8-Outra fonte de renda além da principal :

9-Participou das mobilizações nos períodos que antecediam a construção da hidrelétrica?

10-Você(s) acha(m) importante as mobilizações?

11-Porque optou(aram) pelo reassentamento? Foi uma decisão conjunta?



12- Vocês confiaram na empresa responsável pela obra? Caso afirmativo essa confiança foi retribuída?

QUESTIONAMENTOS SOBRE O REASSENTAMENTO (MORADA ATUAL)

13- Área individual e coletiva (atual)

7- Seus filhos (caso possua) continuam morando na propriedade?

14- Principal atividade da Propriedade:

15- A escolha dessa atividade tem a ver com alguma visita técnica ou experiência de conhecidos?

16- Principal atividade para comércio

17- Para quem vende sua produção

18- De quem compra seus insumos

19- Compra em cooperativas () sim () não (caso afirmativo elencar principais produtos)

Produto Quantidade (%)

1 - _____

2 - _____

3 - _____

4 - _____

20- Outras empresas que não sejam cooperativas que você compra produtos para usar na propriedade:

Produto Quantidade (%)

1 - _____

2 - _____

3 - _____

4 - _____

21- Curso de Formação Técnica (família)

Área duração custas achou relevante?

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

22- Quantas reuniões participa (mês)

() Regulamente () Raramente () Nunca

23- Assuntos da reunião



24- Realiza alguma atividade com vizinhos (econômicas, sociais, políticas, culturais) _____

25- Trabalho fora de suas terras

Atividade	Dias (ano)	Dias trocados (ano)
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

26- Onde trabalham (suas terras):

mulheres _____
crianças _____
velhos _____

27- Importância do Colégio próprio para os reassentados para formação até ensino médio.

28- Produz algum item que acaba utilizando na propriedade (adubo orgânico, plantas medicinais e outros) ou tudo que usa vem de fora da propriedade?

29- É possível fazer um comparativo entre a antiga propriedade e a atual?

30-O fato de manter-se a comunidade com características semelhantes as características da antiga comunidade, principalmente referente a vizinhança, foi e está sendo importante, ou na sua opinião isso não faz nenhuma diferença?

31-Costuma ajudar seus vizinhos? () sim , sempre () sim, mas raramente () quase nunca () nunca ----- Em quais atividades?



4

QUESTIONAMENTOS GERAIS

32- Para você qual a importância da CRABI? E aprenderam algo com a luta da CRABI ?

33-Para você o que a palavra COPEL representa?

34-Preocupa-se com a questão da documentação da terra, pelo fato de até essa data (2014) ainda não ter sido entregues aos proprietários?

35- Faz uso de algum(s) programa(s) do Governo Federal, Estadual e Municipal? A questão da documentação impede o uso de algum programa?

36- Possui todos os equipamentos e maquinários necessários para a produção e colheita da propriedade ou precisa de serviços externos?

37-Houve mudança significativa do antigo estilo de vida em relação a de hoje? E na sua opinião elas são boas ou ruins?

38-Você(s) atribuem essas mudanças (caso haja) ao fato de ter que deixar a antiga propriedade?

39- Na sua opinião houve perdas pelo fato de ter que mudar de suas terras para novas terras? E houveram ganhos nesta mudança?

40- Preocupa-se com a sucessão em sua propriedade? Seus filhos (caso possua) interessam-se pela atividade agrícola?
